

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

MONALISA DUTRA MATIAS DE OLIVEIRA

CRISE POLÍTICA E AS FAMÍLIAS:
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO

SÃO PAULO
2020

MONALISA DUTRA MATIAS DE OLIVEIRA

CRISE POLÍTICA E AS FAMÍLIAS:
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para graduação no curso de Psicologia, sob
orientação da Prof^a Cris Fernández Andrada

SÃO PAULO

2020

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Janete, pesquisadora nata, aberta a aprender, ensinar e dialogar, por todo o afeto e cuidado que me concedeu durante a graduação;

Ao meu pai, Joaquim, pelo apoio incondicional na busca do meu caminho;

À Regina e às minhas irmãs Cora, Isadora e Gabriela, que converteram em suas histórias o significado de família;

Aos meus sobrinhos Miguel e Theodora, que ensinam de tantas formas e inspiram a oportunidade do novo;

Ao Jônatas, que me mostra outros jeitos de ler o mundo e me incentiva em todos os aspectos;

À minha orientadora Cris Andrada, por todo o cuidado e auxílio, sempre firme com o compromisso ético-político, sem perder a gentileza e a ternura;

Às entrevistadas Malu, Regina e Ana, que cederam suas percepções de peito aberto, imprescindível para os diálogos e as reflexões tecidas;

À professora Graça Gonçalves, pelas indicações de leitura e por aceitar conceder um parecer, mesmo nas condições desgastantes da pandemia;

Ao Núcleo Psicologia nas Políticas Públicas, alunas e professoras, que proporcionaram ótimos debates, me dando orgulho de poder me tornar psicóloga ao lado dessas pessoas;

Às minhas amigas e aos meus amigos, que trocam aprendizados e dão leveza à vida;

À Aline Veingartner, amiga de longa data, pela revisão deste trabalho.

“Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do que em primeiro se pensou.

Viver não é muito perigoso?”

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi investigar as interfaces entre o contexto de crises políticas e famílias no Brasil contemporâneo por meio de uma leitura psicossocial, estruturalista e histórica, apresentando contribuições da psicologia sobre o tema. O trabalho dedicou-se às fundamentações teóricas em três subcapítulos: 1) os principais acontecimentos no contexto político brasileiro que conduziram o país à conjuntura atual; 2) as principais concepções a respeito de crise política; 3) a problematização da noção de família e o desenvolvimento de análises históricas e sociais permitindo a discussão sobre a família no contexto sociopolítico. Em termos empíricos, foram entrevistadas três psicólogas com vasta atuação clínica e acadêmica, com ênfase na rede de atenção psicológica em São Paulo, prestando atendimentos na Universidade de São Paulo (USP), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e no Instituto Sedes Sapientiae (Sedes), a fim de contemplar a abrangência do tema por meio das percepções dessas profissionais. A pesquisa apoiou-se em marcos teóricos das ciências sociais críticas em geral e na psicologia sócio-histórica especificamente para as análises dos resultados encontrados. As contribuições levantadas propiciaram compreender crise política não como uma perturbação momentânea, mas como fruto de uma longa disputa de projetos políticos que também se expressa nas famílias. Estas, por sua vez, têm uma dupla acepção: de um lado, a família é significada como um lugar de disputa e de reprodução de dinâmicas sociais; de outro, representa segurança frente a instabilidade e imprevisibilidade do crítico cenário político.

Palavras-chaves: Família. Crise política. Brasil contemporâneo. Psicologia Social.

ABSTRACT

The aim of this research was to investigate the interfaces between the context of political crises and families in contemporary Brazil through a psychosocial, structuralist and historical reading, presenting contributions of psychology on the subject. The work was devoted to theoretical foundations in three subchapters: 1) main milestones and events in the Brazilian political context that led to the current situation; 2) main readings and conceptions about political crisis; 3) the problematization of the notion of family and the development of historical and social analyses that allow the discussion about the family in the sociopolitical context. In empirical terms, three psychologists with extensive clinical and academic performance were interviewed; with emphasis on the psychological care network in São Paulo, providing care at the University of São Paulo (USP), the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) and the Sedes Sapientiae Institute (Sedes), in order to contemplate the scope of the theme through the perceptions of these professionals. The research was based on theoretical frameworks of the critical social sciences in general and on sociohistorical psychology specifically for the analysis of the results. The contributions raised by the research allow us to understand the political crisis not as a momentary disturbance, but as the result of a long dispute of political projects that is also expressed in families. These, in turn, have a double meaning: on the one hand, the family is meant as a place of dispute and reproduction of social dynamics; on the other hand, it represents security in the face of the instability and unpredictability of the critical political scenario.

Keywords: Family. Political Crisis. Contemporary Brazil. Social Psychology.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 Contexto político brasileiro: principais marcos e acontecimentos	10
2.2 Principais leituras e concepções a respeito de crise política	17
2.3 Família no contexto sociopolítico	26
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4.1 Entrevista com Malu	36
<i>4.1.1 Centralidade da família</i>	38
<i>4.1.2 Expectativa social</i>	40
<i>4.1.3 Universidade e a abertura de mundo</i>	42
<i>4.1.4 O papel da mídia em relação às brigas familiares</i>	44
4.2 Entrevista Regina	45
<i>4.2.1 Efeitos nas perspectivas de futuro</i>	45
<i>4.2.2 Os reflexos da instabilidade</i>	47
4.3 Entrevista Ana	49
<i>4.3.1 Exposição na internet</i>	50
<i>4.3.2 Existência ferida</i>	53
<i>4.3.3 Reparações de vínculos</i>	54
5 PRINCIPAIS ASPECTOS E REFLEXÕES	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	64
ANEXO A	69
ANEXO B	71

1 APRESENTAÇÃO

Desde 2013 o Brasil enfrenta o que se tem chamado corriqueiramente nos jornais e nas mídias de “crise política”, ganhando espaço no imaginário social e em discussões casuais. A partir de então, acompanhamos a ascensão do conservadorismo, do autoritarismo, da agenda neoliberal, das reivindicações populares de pautas antidemocráticas e da volta do militarismo. A tudo isso soma-se uma crise econômica também expressa nas dimensões jurídicas, sociais e culturais. Como consequência, pudemos observar tensões nas relações interpessoais, com fissuras e choque de valores, comportamentos e identidades (ALMEIDA, 2019). Presente em diversas dimensões, a crise política se manifesta não como um elemento periférico; pelo contrário, a política é absolutamente central, atravessando todas as esferas da vida social.

Em 2018, desencadeado por uma série de episódios que serão apontados adiante, o Brasil alcançou o que seria “o ápice de polarização política”: durante os meses de campanha eleitoral e o período de eleições, as acaloradas discussões políticas ganharam intensidade, atingindo largo alcance nas redes sociais e na mídia, repercutindo em diversos espaços e instituições. As desavenças políticas também infiltraram-se nos ambientes familiares, e foram frequentes as análises sobre as repercussões da crise política nas famílias. Vários canais veicularam e discutiram o assunto, apontando até mesmo “brigas na família” como um dos “10 fatos que marcaram as eleições de 2018” (G1, 2018). Em 2019, as tensões políticas acentuaram-se e atualmente – meados de 2020 – a crise política continua como uma pauta relevante, possivelmente até agravada por novos fatores¹.

Diante deste momento árduo, somos tomadas por desesperança e preocupação e nos perguntamos: “o que está acontecendo?”, “como chegamos até aqui?” e “o que podemos fazer?”. De forma mais imediata, a tendência é avaliar a polarização política como “ruim”, mas momentânea, efêmera, associada puramente a uma disputa partidária. Família, por sua vez, costuma ser entendida como um lugar natural do cuidado e do afeto. Assim, olhando por essa lente imediatista, as brigas na família são atribuídas a uma desestabilização familiar, a atritos gerados pelo calor do momento, a meros choques de opinião e outras justificativas que nos afastam de uma compreensão mais aprofundada sobre a interação política-família.

¹ O trabalho foi concluído em meio à pandemia do novo coronavírus, cenário angustiante e mobilizador de discussões políticas sobre as medidas de enfrentamento da pandemia. Segundo o Congresso em Foco (2020), em abril de 2020, no Twitter, as menções à crise política superaram o debate sobre o coronavírus.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi investigar as interfaces entre o contexto de crises políticas e as famílias no Brasil contemporâneo por meio de uma leitura psicossocial, estruturalista e histórica, apresentando contribuições da psicologia sobre o tema. Dada a complexidade do cenário, é desafiador responder à totalidade das questões suscitadas pelo tema, beirando o impossível. No entanto, diante da conjuntura descrita, é imprescindível investigá-lo com mais cuidado e profundidade se quisermos, enquanto profissionais da psicologia, atuar com base em um compromisso ético-político.

O trabalho apresenta uma parte de fundamentações teóricas e de contexto, divididas em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo rememora eventos marcantes da década de 2010, com o intuito de apresentar os principais elementos sobre o contexto político contemporâneo brasileiro. O segundo subcapítulo problematiza esse cenário, direcionando leituras críticas à atualidade, questionando o conceito de crise política e resgatando a constante disputa de projetos políticos no Brasil. Por fim, o terceiro subcapítulo inicia a discussão do papel e do significado da família na atual conjuntura, aproximando elementos históricos e estruturais.

Em um segundo momento, o trabalho dedica-se a uma pesquisa de campo. Para obter um material empírico mais rico e com leituras mais amplas, as ferramentas metodológicas eleitas foram as entrevistas semiestruturadas prolongadas com psicólogas a fim de captar suas compreensões sobre o tema. Foram entrevistadas três psicólogas com larga atuação clínica e acadêmica, com ênfase na rede de atenção psicológica em São Paulo, prestando atendimentos na Universidade de São Paulo (USP), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e no Instituto Sedes Sapientiae (Sedes). As profissionais foram selecionadas por estarem em um lugar privilegiado em relação ao acesso às questões familiares, além de prestarem atendimento à população, aproximando-nos da diversidade compatível com a realidade brasileira.

Com os resultados empíricos, isto é, os relatos de pessoas que estão face a face com as estruturas sociais, elegeu-se a psicologia sócio-histórica como marco teórico para a análise. Os resultados das entrevistas foram sendo articulados com referências às fundamentações teóricas, costurando um diálogo junto a uma leitura psicossocial do material de campo. Uma vez que o objeto de estudo exige lentes amplas e vários ângulos, o trabalho apoiou-se em diversos pensamentos para uma leitura mais abrangente do tema.

Ao fim da análise das entrevistas, elaborou-se um capítulo com os principais aspectos e achados da pesquisa. Após o percurso percorrido, buscou-se sintetizar e proporcionar novos olhares sobre o tema, por meio da análise conjunta das produções acadêmicas e o material de

campo de maneira reflexiva, tecendo contribuições sobre a crise política e as famílias. Assim, a intenção da pesquisa foi trazer a política para ainda mais perto da psicologia, com o propósito de suscitar discussões, trocas e considerações sobre a atuação da psicologia em relação às famílias nesse cenário, considerando seus limites e potencialidades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contexto político brasileiro: principais marcos e acontecimentos

O cenário do Brasil contemporâneo é o resultado de múltiplos episódios sociais, econômicos e políticos que se estabelecem como *crise política*. Durante a produção desta pesquisa, inúmeras situações ocorreram no Brasil e no mundo, o que torna improvável abarcar todos os aspectos da crise e coloca esta produção à mercê da desatualização. Por esse motivo, o trabalho busca analisar o cenário de maneira mais ampla e menos precisa, na tentativa de transmitir o teor dos tempos atuais.

Para tanto, este capítulo pretende elucidar alguns momentos-chave dos últimos anos, montando um cenário pelo qual seja possível caminhar e tecer análises. Como coloca Almeida (2019, p. 191), “Desorientação e imprevisibilidade têm ditado a dinâmica política desses anos. Inúmeros foram os momentos de incapacidade tanto de compreensão do que se passava quanto de previsibilidade em relação a um futuro próximo”.

O termo *crise* é muitas vezes utilizado de forma genérica, reduzido a conflitos políticos rotineiros. Pode-se compreender a crise a partir de sua “excepcionalidade, da alta instabilidade e pouca previsibilidade, além da capacidade de inflexões e mudanças, sendo mais desestruturante do que as situações de tensão próprias da dinâmica política” (ALMEIDA, 2019, p. 187). A crise política no Brasil – decorrente da e paralela à crise econômica – expressa outras dimensões, como implicações jurídicas, sociais e culturais, sendo as duas últimas referentes às fissuras nas relações interpessoais e forças de choque entre valores, comportamentos e identidades. “Em outras palavras, um fato social total *stricto sensu*” (ALMEIDA, 2019, p. 187).

Para Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019, p. 219), “notadamente, a crise é política, é econômica e influenciada pela geopolítica, mas, de qualquer modo, o que aparece como ponto a ser pensado é o uso que se faz da insatisfação gerada pela crise, via discursividade, em benefício das grandes elites e corporações que detêm o poder econômico”. Vale frisar que o que chamamos de *crise* vem de um processo histórico, de modo que não é possível fazer determinações simples de “onde tudo começou”. Contudo, a fim de uma melhor compreensão desta pesquisa, é importante elencar alguns eventos marcantes para a visualização do cenário.

As Jornadas de Junho de 2013, movimento de ebulição da insatisfação popular por conta do aumento de 20 centavos na passagem de ônibus na cidade de São Paulo, mobilizaram jovens, estudantes e trabalhadores, em conjunto com o Movimento Passe Livre

(MPL), a saírem às ruas. Apesar do caráter genuíno por parte da manifestação, alguns grupos se apropriaram dessa efervescência popular para propor pautas antidemocráticas. A grande mídia, que até então criminalizava os manifestantes, passou a elogiar e a convocar a elite econômica descontente com a conjuntura brasileira. Com o poder midiático, o que seria um movimento pontual e de pauta clara de Passe Livre se transformou em um movimento de massa verde-amarela para defender o país da corrupção.

Com o incentivo à participação política online, ou seja, o engajamento dos usuários com páginas e perfis políticos em redes sociais, grupos começaram a mobilizar grandes eventos políticos como as Jornadas de Junho de 2013 e, posteriormente, os movimentos pró-impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Pode-se dizer que essas novas formas de participação política têm se mostrado uma ferramenta poderosa para as manifestações e convocações políticas.

Nesse cenário, o conservadorismo tomou espaço. As manifestações de 2013 contaram com pautas abstratas e contraditórias: mais saúde, mais educação, sem especificar se educação pública ou não, além da volta do militarismo e a pauta contra a corrupção (OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019). Desde os anos 1940, conservadores já levantavam a bandeira do “combate à corrupção” de forma a justificar oligarquias tradicionais e, em segundo caso, golpes militares. Segundo Löwy (2015, p. 663), este é o elemento mais preocupante da extrema direita conservadora no Brasil, sem equivalente direto na Europa: “O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil, ativamente promovido pelo PIG, o Partido da Imprensa Golpista”.

As repercussões das manifestações deram margem para maiores tensões nas relações sociais, e o termo *intolerância* foi constantemente incorporado às discussões. A multiplicidade do termo tornou-o genérico e sem fronteiras, abarcando as diversas repercussões que, no geral, compreendem afetos sociais acentuados nos últimos tempos, como vingança, fobia e ódio. Em linhas gerais, aqueles que aderem a tais narrativas são pouco abertos às diferenças, compreendendo a si mesmos como modelos, e tendem a ser agressivos – simbólica e fisicamente – com os grupos que renegam. Além disso, a partir da construção do inimigo-comum, a onda conservadora se articula em linhas de força: a demanda securitária²; a moralidade dos costumes; a desqualificação do Estado por ser

² Demanda securitária refere-se a uma demanda social por segurança, isto é, a “[...] uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado” (ALMEIDA, 2019, p. 209).

corrupto e paternalista; e as tensões políticas expressas nas intolerâncias interpessoais, que ficaram nítidas com o advento das redes sociais (ALMEIDA, 2019).

Outro evento de destaque para a compreensão da crise política no Brasil é a Operação Lava Jato operada pela Polícia Federal. Iniciada em 2014, tem investigado importantes lideranças políticas do país, dirigentes de grandes construtoras e outros empresários. A operação foi responsável pelo cumprimento de mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, prisão preventiva e condução coercitiva para apurar lavagem de dinheiro e pagamento de propina. Seu objetivo de combate à corrupção ocupou o centro de coberturas jornalísticas nacionais e internacionais.

Segundo Rosemary Segurado (2017 *apud* OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019, p. 218), porém, a Lava Jato “não apresentou eficácia concreta no combate à corrupção, mas definiu uma narrativa na opinião pública capaz de embasar os julgamentos que se colocou acima dos critérios jurídicos”. Nesse sentido, a grande mídia fomentou o que seria o “sentimento antipetista”, por meio da seletividade com que abordou as denúncias referentes à corrupção.

No mesmo período teve início uma crise econômica no país. Como pontuam Chaia e Brugnago (2014, p. 99), “nas eleições de 2014 do Brasil, houve uma grande polarização assimétrica entre esquerda e direita, onde a esquerda se fortificou e a direita se radicalizou”. Naquele ano, Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) foi reeleita com 51,64% dos votos, ou seja, ganhou do candidato Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) por margem estreita (G1, 2014).

O ano de 2015 foi marcado por diversos atos contra o Governo, resultando no pedido do processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Nesse momento, o ódio passou a se tornar mais manifesto, especialmente nas redes sociais. Stocker e Dalmaso (2016) mapearam os comentários ofensivos de leitores direcionados à presidenta em publicações da página do jornal Folha de S. Paulo no Facebook no dia 16 de março de 2015. A pesquisa mostra que 8% dos comentários foram ligados a ódio e misoginia, mencionando agressões físicas e morte: “A extrema violência inclui desde menções ao câncer da presidenta, dizendo que voltará a se manifestar, até armas de fogo, murros, chicotadas, estupro e morte” (STOCKER; DALMASO, 2016, p. 687).

O ano de 2015 também foi tomado por manifestações polarizadas. De um lado, fortemente estimulada pela mídia, a massa verde-amarela – usando a camiseta da seleção brasileira de futebol – proclamava exacerbações patriotas contra a corrupção sem bandeiras e sem partido, com um discurso conservador e religioso, além de pedidos de impeachment e

tentativas de criminalizar o fazer político. Esses elementos, vale lembrar, são bastante semelhantes com os que caracterizaram o golpe militar de 1964. Do outro lado, outra massa nas ruas, vestida de vermelho, defendia pautas progressistas de movimentos históricos, como os Sem Teto, os Sem Terra, os movimentos LGBT e feministas.

Em 2016, o cenário estava propícia para um golpe e, depois de muitas manifestações e efervescência social, o impeachment foi concretizado: “Há consenso nos meios progressistas e de esquerda, de que a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016, se configurou como um golpe³ parlamentar, midiático e jurídico, construído em favor das classes dominantes” (OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019, p. 212). Para Napolitano (2019, p. 409), a crise política e o golpe são determinados por alguns fatores:

Como hipótese para pensar a crise política e o Golpe de 2016, sugiro que houve uma convergência de fatores, constituindo uma ‘janela de oportunidades’ para afastar a esquerda petista, alimentada também por uma conjugação de crise interna com interesses internacionais. Esses fatores seriam os seguintes: a) ruptura ideológica por diferença de agenda econômica e fiscal no plano das elites (liberais X esquerdas), agravada no governo Dilma (mais francamente intervencionista do que o governo Lula); b) crise econômico-fiscal, levando a classe média para a oposição exaltada à política de esquerda, por causa dos seus valores elitistas e disputa por recursos orçamentários; c) perda da base fisiológica do congresso (por conta do avanço nas investigações sobre corrupção da ‘classe política’ – fator central no impeachment, conforme Limongi (2017); d) afirmação de uma agenda ultraconservadora e autoritária na sociedade, com expressão eleitoral; e) Acirramento das divergências entre PT e PSDB, fiéis da balança da nova democracia brasileira.

Assumiu então o vice-presidente Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fortaleceu seu discurso liberal durante o processo de impeachment e se inclinou ainda mais às políticas de austeridade. Um exemplo foi a aprovação da Emenda Constitucional n. 95 aprovada pelo Congresso Nacional em 2016, na qual se estabelece que investimentos em saúde e educação ficarão congelados até 2036.

O ano de 2017 foi atravessado por pautas polêmicas, como a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, além da baixa aprovação do presidente interino Michel Temer: 5% em julho daquele ano. A corrida presidencial começava a aquecer: em outubro de 2017, o Ibope indicava o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com maior intenção de votos, na frente com um mínimo de 35%. Em segundo lugar estaria Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), com 15% da preferência dos eleitores (RUIC, 2017).

Com a chegada de 2018, as discussões políticas tornaram-se ainda mais exaltadas. Após investigações marcadas pelo antipetismo, em abril, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) foi

³ Os autores fazem uma discussão sobre a legalidade do impeachment no texto de referência.

preso e, com isso, excluído da candidatura à presidência. Segundo Girelli (2018), o ódio ao partido estaria relacionado ao ódio contra a esquerda e o comunismo. Como em outros momentos da história do Brasil, o anticomunismo estaria disfarçado de antipetismo como forma de conter governos que adotaram medidas populares, dispensando as conquistas trabalhistas dos movimentos sociais e sindicais. O discurso anticomunista associa o governo petista a outros regimes considerados socialistas como China, Venezuela e Cuba. Assim, no cerne do ódio antipetista estaria a “ameaça comunista”.

Paralelamente à onda anticomunista, as virtudes socialmente requisitadas voltam-se para o mercado: honestidade, mérito, talento e esforço. O modelo *american way of life* é exposto como o mais justo e estável, isento de crises e fundamentado em uma ética do livre consumo. “Dessa forma, apenas a possibilidade de qualquer tipo de regulação estatal – lembrando que o Estado é percebido como o reduto da corrupção – acirra os ânimos das elites e dos setores médios” (GIRELLI, 2018, p. 47).

Foi nesse contexto que parte da população encontrou na figura de Bolsonaro uma representação:

[...] A polarização política é uma reação conservadora aos avanços progressistas para garantir a manutenção do status quo, que, por meio de disputas de narrativa, guerras culturais ou disputa ideológica, a ‘nova direita’ encontrou na figura de Jair Messias Bolsonaro (PSL) a representação da defesa das pautas morais que asseguram a família tradicional e o avanço do capital com o fim de uma suposta ameaça socialista/comunista (OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019, p. 228).

Outra marca das eleições de 2018 foram as *fake news*. O reconhecimento sobre a importância da opinião pública é um tema largamente discutido e já era objeto de debate no Ocidente desde a República de Platão. Desde essa época, Doxa (opinião) e Episteme (conhecimento verdadeiro) já disputavam o espaço público e a manipulação de notícias. Essa disputa é um elemento constante na política ao longo da história. Em outra roupagem, hoje as *fake news*, difundidas como notícias falsas em sites da web e em redes sociais, são um dos principais instrumentos de manipulação da opinião pública (OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019, p. 223).

Uma das principais motivações ao compartilhamento de conteúdo e notícias são as emoções, sendo o ódio a mais instigante. O acesso rápido e fácil às informações na internet não garante informação qualificada. Prova disso foi a atuação da extrema direita no Brasil na propagação de notícias falsas em operações massivas de mensagens durante as eleições de

2018 por agências de marketing⁴. A instrumentalização das *fake news* contribuiu com as guerras culturais e político-ideológicas por meio da difusão de ideias, conquistando o eleitorado ao apelar para temas morais. As mídias sociais permitiram aglutinar os usuários favoráveis a pautas como a “anticorrupção”, antiminorias e de viés nacionalista:

Declarações ambíguas, enviesadas ou derivadas de enganos são, na prática, equiparadas a mentiras inventadas pelos mais diversos motivos: ganhar dinheiro dos anunciantes, alcançar resultados eleitorais específicos, formar e influenciar correntes de opinião, reforçar vínculos de identificação, desqualificar a imagem de um segmento social, étnico ou racial (OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019, p. 225).

Ao longo de 2018, diversas reviravoltas na política desestabilizaram ainda mais o país e as relações entre os brasileiros. Após tantas especulações e temores, as eleições chegaram e os candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad disputaram o segundo turno. As poucas semanas entre os turnos foram marcadas por alvoroço, discurso de ódio, agressões, brigas... Como pontuam Cioccarri e Persichetti (2018, p. 213), “o debate político em campanhas eleitorais transborda nas redes sociais, palco de disputas ideológicas vazias de argumentação e de pouca consistência, onde sobram agressões, xingamentos e ódio”. Segundo a plataforma Gênero e Número (SILVA, 2018), em 7 de outubro de 2018, dia do primeiro turno das eleições, houve 109 denúncias de discurso de ódio nas redes sociais na plataforma SaferNet. No dia 8, foram 5.163 denúncias, 46 vezes maior que o dia anterior.

Em diversos espaços, inclusive virtuais, não se tocava em outro assunto. O ambiente de convívio familiar, no entanto, foi destaque: afetadas pela instabilidade política e os comportamentos sociais de ódio, intolerância e violência, as famílias ganharam visibilidade jornalística por aparecerem como centralidade das interações políticas. Diversos canais de mídia registraram essas ocorrências nos meses que antecederam as eleições de 2018: a Carta Capital, com “A guerra das famílias durante as eleições” (SCORCE, 2018); a BCC, com “Eleições 2018: ‘Meu irmão ameaçou me proibir de ver minhas sobrinhas’ – o pleito que dividiu famílias” (MORI, 2018); a Veja, com “Clima de eleições leva desavença entre amigos e famílias”(O ESTADO DE S. PAULO, 2018); e até mesmo o Painel Eletrônico da Câmara dos Deputados, com “Discussões acirradas durante eleições abalam amizades e relações familiares; saiba como lidar com a situação” (BRASIL, 2018).

⁴ Segundo Avelar (2005), em artigo da revista The Guardian, 42% das mensagens compartilhadas pela direita no Brasil eram notícias falsas, enquanto 3% das publicadas pela esquerda continham informações consideradas falsas.

Em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente. Ironicamente, foi via voto popular que os militares retornaram ao centro do poder político, ou seja, a militarização se deu por meio do processo democrático e não por intervenção. Segundo Almeida (2019, p. 194) “[...] a questão política candente hoje [parece] ser a sutil e fundamental distinção entre um governo militar e um governo com militares na ordem democrática”.

Mesmo após as eleições, o mal-estar social não amenizou e as famílias continuaram a protagonizar os atritos políticos. No artigo “Conflitos das eleições fazem brasileiros desistirem de Natal com a família”, Nina Lemos (2018) abordou alguns casos de afastamentos familiares motivados por divergências no plano econômico-político, algumas vezes ultrapassando “limites” e assumindo posturas violentas à individualidade de um familiar. A depender da configuração familiar, o enunciador pode conviver intimamente com o destinatário da violência e da intolerância. Em entrevista à Revista Vice a respeito do “abandono” das minorias na situação de apoio a Bolsonaro por seus familiares, o psicanalista Christian Dunker (2018) discorre que o dano foi maior do que se imagina:

Aquele que xingou movido pelo espírito de massa e pela coragem odiosa que se apossa de nós nestas circunstâncias provavelmente esquecerá do que disse [...] Mas aquele que foi ofendido, o vulnerável que depende de alguma tolerância e respeito, seguirá com as palavras ofensivas na sua carne.

Com a entrada do Governo Bolsonaro, o ano de 2019 foi marcado por importantes retrocessos nos direitos sociais. Uma figura central do Plano de Governo de Bolsonaro foi o economista Paulo Guedes, nomeado Ministro da Economia. Enquanto representante da nova direita, suas convicções têm tido um papel elementar nas formas de pensar e conduzir as políticas econômicas no Brasil atual. Em uma análise de textos, entrevistas e vídeos produzidos por Guedes, Schaefer (2018) o situa como “continuador” brasileiro da linhagem neoliberal – iniciada por Hayek – e seguidor do pensamento de contratualistas como Locke e Hobbes. Schaefer (2018, p. 113) explica que o Ministro da Economia entende “o problema brasileiro como sendo uma transição mal sucedida entre um Antigo Regime (social-democracia) até uma sociedade politicamente aberta livre”.

Na dimensão moral da disputa política, a defesa da família é um elemento de união entre os programas de Bolsonaro e Guedes, e a liberdade de mercado seria a maior conquista civilizacional. Assim, percebemos a tônica do Governo Bolsonaro-Guedes:

O ‘problema’ brasileiro, tal como formulado por Guedes em suas entrevistas e artigos, e indiretamente no programa de governo de Bolsonaro, possui duas

naturezas: (1) na questão moral, o problema da corrupção e degeneração do sistema político, que acaba estando relacionado (2) com o fato do Estado, problema de natureza teórico, não entregar serviços básicos essenciais, mas, principalmente, não garantir a ordem e a segurança das pessoas. Em vários momentos Guedes retoma a ideia de que a função básica do governo, e talvez única, é a segurança (SCHAEFER, 2018, p. 110)

Segundo Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019, p. 211), “o Brasil passa por um momento de grande turbulência política, uma conjuntura complexa e difícil para as classes populares, com a diminuição de direitos sociais e o avanço do neoconservadorismo, em que a violência de Estado é legitimada”. Em linhas gerais, o cenário político brasileiro atualmente se compõe de: forte desorientação e imprevisibilidade sobre o futuro; práticas antidemocráticas e crescimento da extrema direita; polarização política; antipetismo e medo da ameaça comunista; modelos liberais e meritocratas; e militarização da política via voto popular (ALMEIDA, 2019).

No que se refere aos atritos interpessoais por motivações políticas, segundo a Datafolha, em 2019, apesar de ter sido um ano turbulento, 51% dos usuários do WhatsApp desistiram de comentário político na rede para evitar brigas. A pesquisa mostrou que 27% saíram de algum grupo para não discutir e que 16% entraram em outro grupo em redes sociais para discutir e divulgar ideias políticas parecidas com as suas (G1, 2019). Apenas para breve elucidação⁵, em 2020, ano de finalização desta pesquisa, as crises têm se acirrado por conta da pandemia do novo coronavírus, sejam na dimensão política⁶, econômica⁷ ou sanitária⁸, além de intensificarem as desigualdades⁹.

2.2 Principais leituras e concepções a respeito de crise política

Dia após dia na elaboração desta pesquisa, novos acontecimentos políticos vieram à tona. Portanto, é quase como uma ironia escrever sobre crise política neste cenário, à mercê

⁵ A finalização da pesquisa foi atravessada pela pandemia do novo coronavírus. Apesar de ser um elemento que caberia na discussão sobre crise, seria apressado produzir uma análise desse cenário sem um distanciamento temporal e materiais consistentes. Sugere-se uma investigação mais aprofundada sobre o tema em outros trabalhos.

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/28/municipios-covid-19-saude.htm>. Acesso em: 4 jun. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52445365>. Acesso em: 4 jun. 2020.

⁸ Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-covid-19-no-brasil-crnica-de-uma-crise-sanitria-anunciada>. Acesso em: 4 jun. 2020.

⁹ Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/29/ibge-crise-economica-causada-por-covid-19-diferente-de-toda-s-anteriores.ghtml>. Acesso em: 4 jun. 2020.

de mudanças importantes em contexto mundial a cada hora. A dificuldade reside em não haver um distanciamento considerável entre o presente e os acontecimentos descritos anteriormente e também por estarmos imersas na trama da polarização política. Essa falta de distanciamento histórico resulta em poucos textos acadêmicos sobre o assunto, apesar da grande repercussão midiática. No entanto, algumas leituras são pertinentes para uma compreensão mais geral do tema, como a discussão sobre consciência social, relações de dominação/subordinação, as arenas de interação política e os aspectos estruturais da polarização política.

A expressão *crise* aparece corriqueiramente nos jornais, nas mídias, no imaginário popular e outros espaços, assumindo no senso comum um significado aberto e ambíguo, normalmente designando algo súbito, acidental, mais ou menos passageiro. Também pode ter a ver com desarmonia e desequilíbrio, uma ruptura na estabilidade e na normalidade, em relação aos diversos planos da vida social: crise econômica, crise política, crise sanitária, etc.

A noção de crise não se constrói apenas no âmbito do senso comum ou de discursos científicos simplistas e imediatistas, mas pode também assinalar objetos teóricos específicos das ciências sociais. Vinda das ciências médicas, o emprego do termo *crise* começou a se generalizar nas análises sociais nos séculos XVII e XVIII, surgindo pela primeira vez a expressão *crise econômica*. No século XIX, com o apurar do sentido histórico e das ciências sociais, impactado sobretudo pela epistemologia de Marx, a noção de crise adquire maior significado, já que o autor propõe uma abordagem teórica sobre ciclos sistemáticos e crises econômicas. De modo geral, na concepção marxista, “a história do capitalismo é marcada pela frequente e periódica produção de rupturas, de bruscas desarticulações do equilíbrio global entre as esferas da produção e do consumo” (BASTIEN, 1989, p. 2). Bastien (1989) cita autores de diversas áreas que estudam crise: nos terrenos da ciência política, Poulantzas; na esfera das ideologias, Habermas; na economia contemporânea, Mendonça; na perspectiva da história do pensamento econômico, Robinson; entre outros.

Bastien (1989) distingue *crise parcial* de *crise histórica*. A crise parcial declara-se em uma das instâncias, perturbando, ainda que limitadamente, relações interestruturais, mas abrange fundamentalmente um setor específico da vida social, como, por exemplo, crise econômica, crise de hegemonia, crise científica, etc. Já uma crise histórica tem alcance mais amplo, pois desencadeia crises latentes ou sobrepostas, potencializa-as em uma fusão, rompe com a unidade do todo social e organiza os acontecimentos críticos em uma série tendencialmente unificada. “De um modo geral, pode dizer-se que são estas condições que explicam que uma crise histórica se manifeste imediatamente enquanto crise política,

enquanto momento agudo da luta política de classes” (BASTIEN, 1989, p. 6). O autor ainda pontua que não existem “crises em geral”: a crise histórica tem um tempo e lugar próprios, sempre concretos. Cada crise tem uma história própria, uma vez que se manifesta em uma sequência única e irreproduzível e também põe em marcha uma sequência de relações causais igualmente particulares.

O acontecimento histórico crítico é um acontecimento marcante apenas porque se situa num ponto de eventual rotura do jogo das estruturas e porque evidencia e simboliza as tensões e desarticulações que as afectam, não porque seja dotado de uma autonomia absoluta, não porque constitua uma totalidade fechada, explicável em si mesma. (BASTIEN, 1989, p. 5).

Pensar sobre crise política, portanto, é reconhecer sua amplitude conceitual:

Em linhas gerais, a ideia de crise tem três grandes perspectivas na filosofia política. Pode ser considerada um distúrbio funcional em um organismo/sistema harmônico, causado por uma anomalia interna ou externa (visão conservadora); um acirramento do conflito por interesses materiais e simbólicos que faz que os atores deixem de respeitar as regras institucionais da política (visão liberal); um processo social inerente à história como movimento dialético, causada pelo conflito inerente dentro de um sistema essencialmente contraditório, que é a sociedade (visão marxista). Há também uma variável importante, que entende a crise como mudança brusca na trajetória de uma estrutura/sistema, causada por uma saturação de eventos novos, exigindo novo reequilíbrio (visão estruturalista) (NAPOLITANO, 2019, p. 414).

A compreensão e instrumentalização dessas noções tem força política. Segundo Marturano (2010 *apud* NAPOLITANO, 2019), as crises também podem ser provocadas ou infladas para cumprir determinados interesses, desestabilizando e deslegitimando um dado processo político, o que tende a transformar uma crise política em crise de regime, como no caso do golpe de 2016. Para o autor,

Via de regra, golpes e revoluções são ações políticas que fazem parte de processos históricos marcados por crises políticas e crises sociais, sobretudo em contextos nacionais onde a tradição constitucional e os valores liberal-democráticos não conseguiram dar conta das contradições e conflitos sociais postos na cena política, nem tenham se tornado parte da rotina, do ‘senso comum’ e da cultura política da sociedade (NAPOLITANO, 2019, p. 402).

Napolitano (2019, p. 415) compreende que, contra a transformação da crise política em crise de regime,

[...] seria preciso reforçar a cultura política democrática em uma sociedade, pela educação e pela formação geral do cidadão, bem como construir uma flexibilidade institucional para incorporar demandas inclusivas, e ao mesmo tempo blindar as

instituições para que elas não embarquem em aventuras golpistas, seja lá por qual motivo. Reconheço que isso se aproxima da busca da ‘quadratura do círculo’, sobretudo em países sem elite orgânica formada em valores democráticos, com baixa participação institucional da sociedade civil e com carências e desigualdades materiais graves, como o Brasil.

Sobre o conceito de política especificamente, Colliot-Thélène (1999) aponta que é arriscado comprometer-se com uma definição, mesmo que esta seja limitada à compreensão moderna:

Esse conceito é ele mesmo objeto de discussão, discussão na qual se reflete a diversidade de abordagens e tradições que contribuíram para a redação dos textos do corpus da Filosofia Política ou da teoria política moderna. Entre Hegel e Tocqueville, os filósofos contratualistas e Marx, Rousseau e Hannah Arendt, as divergências não dizem respeito tão-somente às respostas que seriam dadas a um conjunto de questões sobre as quais existiria concordância geral. (COLLIOT-THÉLÈNE, 1999, p.7)

A autora pontua que as diretrizes variam tanto por conta da localização da política (com a posição em relação com o econômico e o social) como por suas implicações (a liberdade, a emancipação, o poder). Assim, as diferentes interpretações entre autores desencorajam a tentativa de caracterização unívoca de um conceito de política. A busca por uma condição essencial na política ignora que é uma maneira de vivê-la e compreendê-la, correspondendo à experiência de uma geração, em uma ou algumas décadas, em um espaço geográfico limitado.

A despeito do risco de traçar uma visão única de política, cabe a este texto trazer uma noção mínima que dialogue com a proposta de pesquisa. Nesse sentido, recorreremos a Gramsci (2001 *apud* SOUZA FILHO; DURIGUETTO, 2016), que mostra como os processos políticos podem levar a ações das classes voltadas para a manutenção da hegemonia da classe dominante ou a sua transformação. Para o autor, a “pequena política” e sua configuração “restrita” estão ligadas a práticas e projetos políticos relacionados com a manutenção e/ou justificação das relações de poder entre governantes e governados, evidenciando a divisão de poder resultante da divisão da sociedade de classes. Compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, expressa em processos políticos que legitimam e perpetuam a divisão de classes e de poder político. É a política do dia a dia, parlamentar, de corredor e de intrigas.

Já os processos políticos da “grande política” materializam-se por meio da conquista progressiva de uma unidade político-ideológica das classes subalternas. É na articulação de interesses e necessidades na busca da superação dos seus limites corporativos, processo que

Gramsci denomina de “catarse”, isto é, “[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 2001, p. 53 *apud* SOUZA FILHO; DURIGUETTO, 2016, p. 8).

Assim, o pensamento de Gramsci indica o significado da estrutura econômica no desenvolvimento da sociedade e o lugar da política na dinâmica da vida social, afastando-nos de uma leitura economicista. Segundo Souza Filho e Duriguetto (2016, p. 13), a noção de ação política de Gramsci “[...] não está parametrizada pela ordem do capital e nem se viabiliza desconsiderando os elementos econômicos (objetivos) da realidade. Portanto, longe de uma concepção reformista e/ou politicista”.

Nessa perspectiva, um fator importante a ser discutido quando pensamos em crise política é a consciência social. Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019) esclarecem que a consciência social é desenvolvida por meio de um processo de produção material humana, pelo desenvolvimento das forças produtivas e nas relações sociais, em que os sujeitos agem/sentem/pensam em conformidade com a sociedade em que estão inseridos, isto é, com a ideologia dominante. Os autores citam Lane (1994 *apud* OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019, p. 227): “a internalização dessa consciência social, por meio de um processo dialético, pelo indivíduo é o que constitui a sua consciência individual”.

Tal consciência não é automática, ou seja, o sujeito pode não ter consciência das determinações sociais e históricas que definem o seu lugar nas relações de produção. Segundo Chauí (2016, p. 19), “Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma práxis, um fazer histórico”.

Chauí (2016) indica uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira e sugere uma *nova classe trabalhadora*, que se encontra pelos efeitos das políticas sociais dos governos petistas, mas também pelos elementos trazidos pelo neoliberalismo: a fragmentação, a terceirização e a “precarização” do trabalho e a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que teriam pertencido à classe média nas formas anteriores do capitalismo. Assim, reside na classe trabalhadora a possibilidade transformadora, mas também o seu ocultamento e risco de absorção ideológica pela classe dominante. Visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constitui no interior do momento neoliberal, sem ter ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela adere ao individualismo

competitivo e agressivo difundido na classe média, sendo levada a acreditar que faz parte dessa classe.

Afastada do núcleo econômico, a classe média está fora do núcleo do poder político e do poder social da classe trabalhadora organizada. Essa posição social não sustenta uma unificação pelo interesse comum, culminando em fragmentação atravessada pelo individualismo coletivo, sem referencial social e econômico consistente, experienciando um tempo descontínuo e efêmero, com medo da instabilidade do presente e da incerteza do futuro: “Isso a coloca numa posição que a define não somente por sua posição econômico-política, mas também e sobretudo por ser lugar ideológico – e este tende a ser contraditório” (CHAUÍ, 2016, p. 19).

A situação é fértil para despertar desejos de ordem e segurança, atribuídos a um passado idealizado, e o imaginário é regado pelo sonho de pertencer à classe dominante e o pesadelo de tornar-se proletário, ou melhor: reconhecer-se proletário. Para Chauí (2016), na narrativa da ideologia conservadora e reacionária, essas aspirações são asseguradas e sustentadas, garantindo a estabilidade para esses sujeitos: a classe média acaba por colaborar para a hegemonia da classe dominante.

Além disso, a sociedade brasileira apresenta certas particularidades, como uma estrutura autoritária e hierárquica e o predomínio do espaço privado sobre o público. As relações sociais são marcadas por “mando-obediência”, ou seja, uma relação entre um superior e um inferior. As diferenças são transformadas em desigualdades naturalizadas. Quando as relações são julgadas como “iguais”, são pautadas na cumplicidade e no “parentesco”. Aos desiguais, as relações são de favor, clientela, tutela e cooptação. Se as desigualdades forem maiores, transformam-se em opressão, e a divisão social de classes é marcada pela polarização entre as classes populares e a classe dominante:

A classe média não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão econômica, trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço por meio da astúcia, para operar com os procedimentos do mercado (CHAUÍ, 2016, p. 20).

O discurso de ódio é um elemento importante para compreender a reprodução das relações de dominação/subordinação pela via da linguagem. Segundo Souza (2018, p. 933), esse tipo de violência opera no âmbito ideológico: “O discurso de ódio, ao sustentar-se na dicotomia superior/inferior, trabalha impondo e/ou lembrando o lugar de cada um na

estrutura social; baseia-se na naturalização dessa relação dicotômica e dessa determinação de lugares”. O discurso de ódio atua com caráter intolerante para a perpetuação das relações desigualdade-subordinação, colaborando com a dominação ideológica. Funciona, portanto, por uma relação desigual entre o sujeito enunciador e o outro, um tido como superior e o outro como inferior – alvo de intolerância, discriminação e ódio. Nos discursos de ódio, esses conteúdos são materializados, e a relação estabelecida é de antagonismo, não de interlocução.

Almeida (2019) traz uma leitura interessante sobre as arenas de interação política, as quais nomeia como *tabuleiros*. O primeiro tabuleiro refere-se à esfera estatal, na qual ocorre a atuação dos agentes práticos da política institucional e do ordenamento jurídico; o segundo refere-se ao plano da mobilização nas ruas e nas redes sociais digitais; já o terceiro tabuleiro, mais relevante para esta pesquisa, refere-se ao plano das relações interpessoais cotidianas, ou seja, dos laços vicinais, religiosos, de trabalho e, principalmente, da família.

O autor faz uma separação entre os atores do segundo tabuleiro – engajados e participativos – do terceiro tabuleiro – pessoas com menos atenção na rotina política. Os agentes do terceiro tabuleiro também estão atentos aos efeitos concretos das ações dos governos, no entanto, o promotor das narrativas políticas no cenário doméstico para boa parte da população é a TV.

A permanente instabilidade da crise produziu nos últimos anos uma “audiência da política” pautada incansavelmente no tema do combate à corrupção. Nessa arena de interação política, merecem destaque as redes sociais, em especial, o WhatsApp – principal veículo de *fake news*. O compartilhamento de informações falsas ocorre por meio de microrredes de interação virtual: grupos de família – nuclear ou extensa –, grupos de trabalho, comunidades religiosas.

Com o fim das eleições de 2018, muito se especulou sobre como seria “o amanhã”. Almeida (2019), por exemplo, aponta que, a despeito de quem ganhasse as eleições, era avaliado que o país estava fraturado politicamente, sem uma forma de superação ou normalização do sistema político. Independentemente de quem fosse eleito presidente, o país não entraria no curso da correção da crise. Diversos comunicadores tentaram algum diagnóstico, como o jornalista político Josias de Souza:

A sociedade brasileira está traumatizada e dividida. A sucessão presidencial seria um remédio para sarar os dois flagelos. Mas é improvável que algo seja remediado. São pequenas, muito pequenas, diminutas as chances de as urnas de 2018 produzirem a superação de traumas e a reunificação do país [...]. Em qualquer hipótese, a cizânia nacional sobreviverá à abertura das urnas (SOUZA, 2018 *apud* ALMEIDA, 2019, p. 195).

Interpretações mais apressadas podem caracterizar a crise/polarização política como situacional. O *grande mal* seria a desunião do brasileiro. As brigas políticas são vistas como traumatizantes, uma fratura, e a sensação é a de termos perdido uma possível chance de conciliação nas urnas por meio dos votos. No entanto, em outras leituras e mais de acordo com meu posicionamento, a polarização política – ou como se queira chamar – expressa uma disputa de projeto de sociedade:

No cerne da questão localiza-se a disputa de projetos de sociedade, antagônicos como antagônica é a luta de classes, disputa essa que sempre esteve presente na sociedade brasileira, mas que se explicita de forma aguda e com novas tonalidades num período relativamente recente (ROSA, 2019, p. 233).

Essa disputa reflete os limites do esgotamento de possibilidades de continuidade do sistema vigente, mobilizando os espaços de convivência e as relações e escancarando as contradições:

A polarização política não é um fenômeno novo e expressa o conflito entre as diferentes classes sociais em que, grosso modo, de um lado encontra-se a defesa dos interesses da classe economicamente dominante (donos dos meios de produção) e do outro a defesa dos interesses da classe dominada (que tem a sua força de trabalho explorada) (OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019, p. 226).

Em “Ressonância: polarização política, desigualdade social e dimensão subjetiva da realidade”, Rosa (2019) complementa e questiona o texto de Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019) já mencionado neste trabalho. De início, a autora indica algumas questões implícitas no texto: seriam os ataques às reivindicações da democracia e dos direitos uma defesa da hegemonia capitalista? Essa hegemonia teria sido ameaçada pelos governos passados que conclamavam comprometimento com a classe trabalhadora, implementando medidas que reconhecem as desigualdades estruturais da sociedade, embora com fragilidades e contradições? Seria o discurso anticorrupção carregado de caráter ideológico, sendo um elemento a fim de justificar a recusa de projetos políticos?

Rosa (2019) aponta que as disputas entre os projetos de sociedade nesse momento são marcadas pela particularidade da trajetória política brasileira e que, para além dos embates das diferentes posições políticas, deve-se iluminar a discussão considerando a condição estrutural do Brasil, como país latino-americano e periférico que, como tal, cumpre o papel de recuperação do capital diante de sua crise. A autora indica a desigualdade social como elemento central da discussão sobre a polarização política, argumentando que as políticas

adotadas no Brasil nos governos Lula e Dilma tiveram importantes resultados em relação à situação de pobreza e desigualdade, mas que tais mudanças não significaram uma transformação estrutural no padrão de desigualdade.

Um projeto que marcou um dos polos das últimas eleições e está em andamento pelo atual governo é o que Netto (2007 *apud* ROSA, 2019) chama de *América Latina neoliberal*, isto é, ações mínimas para enfrentar uma questão social maximizada. Assim, as respostas e medidas necessárias para enfrentamento da crise implicam o recrudescimento da desigualdade e a continuidade do capitalismo:

[...] a manutenção dessas desigualdades, por sua vez, ancora-se ao longo da história em elementos relativos a uma dimensão subjetiva. Constituída por afetos, concepções, sentidos, significados sociais, tal como o mito da democracia racial, essa dimensão opera para a manutenção de uma linha de continuidade dos padrões de desigualdade. [...] A dimensão subjetiva da realidade, referida como “produtos subjetivos ‘sociais’”, constitui-se como dimensão essencial da atual realidade brasileira, que acompanha o projeto de sociedade alavancado pela plataforma política conduzida no país (ROSA, 2019, p. 241).

Da mesma forma, as *fake news* acompanham a polarização da disputa de projetos políticos, reproduzindo o ódio de classe, o racismo, o machismo, a homofobia, a naturalização da violência e outras opressões. Essas “notícias” carregam ideologias que não foram revisitadas ou reconhecidas de forma crítica no passado, acobertando feridas com falso véu da democracia. Para Rosa (2019, p. 243), “São notícias que carregam componentes ideológicos constitutivos de nossa história e que, por isso, difundem-se com tanta facilidade, dialogando com pensamentos, concepções, afetos que constituem a dimensão subjetiva da realidade desigual brasileira”. Por fim, a autora pontua a importância de uma leitura crítica diante dessa polarização constituída, reconhecendo que ela indica resistência, luta, reivindicação e possibilidade de emancipação.

Após esse período de polarização política mais significativo na história do Brasil recente até então, isto é, a campanha eleitoral de 2018, as rupturas e os tensionamentos nas relações continuam transcorrendo. Ódio, violência, vingança e intolerância são elementos que atravessam as arenas de interações políticas e as relações pessoais. Fortemente influenciada por convicções individualistas e neoliberais, a convivência social tem passado por transformações importantes. Assim, para avançarmos, no próximo subcapítulo será discutido o lugar da família nesse cenário.

2.3 Família no contexto sociopolítico

Um resgate histórico ajuda-nos a compreender como o ideal de família vem se produzindo e como se materializa na política atual. No Brasil, por sua história marcada pela dominação-exploração – colonial, escravagista, patriarcal – a lógica de Estado-nação aos moldes europeu e burguês e as ações de assistência social e de proteção às famílias se deram em um processo mais tardio. Por muito tempo as ações de assistência foram caracterizadas pela benevolência e caridade ao próximo. Durante séculos, as práticas eram seletivas a populações “válidas e merecedoras de ajuda” e pautavam-se por critérios morais, sem enfrentar as condições estruturais da produção da pobreza.

Saraiva (2016) aponta que, ao longo do século XIX e início do século XX, de modo geral, a família foi se tornando progressivamente uma preocupação social no Brasil. Assim, vemos que não é de hoje que a família vem sendo uma importante unidade produtora e promotora de serviços de cuidado, socialização e proteção, reforçando os interesses higiênicos para construir uma nação forte e desenvolvida.

Brambilla (2019) aponta que, forçado ao enfrentamento dos problemas sociais, especialmente por conta da Segunda Guerra, o Estado lança mão de valores “femininos” para sensibilizar e intervir nas “questões sociais”, impulsionando a prática assistencialista e filantrópica. As ações ocorriam em parceria com as senhoras da sociedade e não davam conta das demandas sociais, já que se davam como uma organização da boa vontade e não do direito (BRAMBILLA, 2019).

Ao resgatar o processo em que se deu a formação familiar brasileira, a autora traz um modelo de feminilidade burguês e que foi cooptado pelo imaginário operário do início do século XX, respaldado pelo discurso médico da puericultura e por ações propagandistas, em que a mulher é tida como responsável pela família. No atual discurso da “defesa da família”, é possível perceber que diversos desses aspectos são recuperados, especialmente no que se refere às mulheres, a quem caberiam as responsabilidades da saúde dos filhos, do marido, a felicidade de todos e a higiene do lar. A maternidade assume um valor social e dever patriota, e a casa é vista como o lugar privilegiado para a formação de caráter das crianças, onde serão definidas as condutas da nova força de trabalho por meio da educação oferecida pela mãe.

Com esses moldes, a família foi se constituindo como um espaço privado e de intimidade, preocupado com o desenvolvimento físico-sentimental dos filhos, de forma individualizante. Esse modelo de família paira no imaginário político-social do país, inclusive

na empreitada de produzir famílias pobres aos moldes de famílias ricas. Assim, as concepções atuais de família têm alicerces positivistas, eugênicos, religiosos, nacionalistas. Aliada ao Estado, a família torna-se uma célula da sociedade (SARAIVA, 2016).

Na tentativa de legitimá-la e garantir sua manutenção, os governos da ditadura militar brasileira colocaram a família como um foco de preocupação, já que ela estaria “ameaçada” pelos comunistas e a possibilidade de quebra dos valores familiares. A família passa a ser tratada como questão de segurança nacional, aspecto que ainda ressoa atualmente (SARAIVA, 2016). Durante o período, houve ações de enfrentamento à pobreza, iniciativas governamentais como programas sociais de habitação, educação, alfabetização de adultos, enfrentamento de fome e outros. Esses programas e ações davam-se de forma focalizada e descontinuada, perpetuando o voluntarismo, a benevolência e o assistencialismo, individualizando e culpabilizando a pobreza. Também se repercutiu a militarização das questões sociais, como a punição/repressão com ações públicas de assistência sobre as “vidas indesejadas” (BRAMBILLA, 2019).

A organização da classe trabalhadora e os movimentos populares das práticas democráticas culminaram na formulação da Constituição Federal de 1988, com o propósito de enfrentar a pobreza e reduzir a desigualdade por meio de direitos sociais, políticos e da garantia das liberdades individuais. Marcada por tensionamentos, a chamada *Constituição Cidadã* foi organizada de maneira participativa e dialógica, construindo um novo marco da cidadania no país. A conquista do Estado Democrático de Direito foi alcançada por meio de lutas sociais que reivindicaram a garantia dos direitos fundamentais, inovando na organização do Estado brasileiro, principalmente no campo da igualdade e da condição cidadã (BRAMBILLA, 2019).

Nesse contexto, a família foi concebida como um lugar eficaz para a promoção de direitos e a construção de cidadania: com seus direitos e deveres, a família se responsabiliza também pela proteção de seus membros: “Dupla centralidade, então: a família é alvo prioritário das políticas e unidade privilegiada da proteção social” (SARAIVA, 2016, p. 29). No entanto, desde a redemocratização do Brasil, as pautas progressistas em termos de direitos reprodutivos e sexuais foram contrapostas por reações conservadoras: a secularização, de um lado, e os comportamentos e os valores mais liberais, de outro.

Um dos assuntos mais acalorados na atual conjuntura é a disputa da moralidade pública, apoiada nas religiões cristãs. No que tange à moralidade, a família é comumente associada a temas como aborto, sexualidade, gênero, casamento, técnicas reprodutivas e adoção de crianças por casais do mesmo sexo. “Família tradicional é, sem dúvida, o signo

mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários” (ALMEIDA, 2019, p. 208).

Saraiva (2016) questiona sobre a “crise da família”, já que o que mudou foram suas configurações, arranjos e formas. Logo, a crise seria referente somente ao molde da família nuclear, já que as funções permanecem as mesmas, múltiplas e exclusivas. Os textos sobre família continuam com o mesmo discurso: monolítico e naturalizante. Ao tentar romper com um modelo de família, outro se afirma. Se hoje se configuram outros formatos além do modelo hegemônico (nuclear, burguês, monogâmico), diferentes formas são compreendidas como família desde que cumpram e atendam determinadas funções. Ou seja, a forma permanece e as expectativas também.

A função da família apresenta-se de modo intensamente naturalizado. A família é entendida como um espaço de aprendizagem e prática de relações democráticas; e os conflitos, como um aspecto disfuncional e irregular. Saraiva (2016) explica que, depois de diversos textos que idealizavam a família, passou-se a discutir a necessidade de se conhecer a família concreta. Em um texto bastante difundido por escancarar as ambivalências da família e questionar sua definição como um “lugar de felicidade”, Miotto (1997, p. 118 *apud* SARAIVA, 2016, p. 113) redefine família como uma “instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”. Assim, produzindo novas possibilidades de refletir sobre o tema criticamente, ainda que mantendo o contexto da época, a autora propõe a desnaturalização da família, em suas configurações e funções.

O nascimento da nova assistência social a partir da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) orienta a diferentes olhares sobre a família. Segundo Saraiva (2016, p. 127), a família é entendida pela PNAS 04¹⁰ como

Fundamental, mediadora, protetora. E com novas feições, condicionadas às transformações contemporâneas de nossa sociedade. Feições que tornam as três dimensões clássicas de sua definição - sexualidade, procriação e convivência - insuficientes. Essa é a família para a PNAS/04: ‘um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade’,

Apesar dos diversos avanços no campo da assistência social, o que vale ressaltar aqui é a continuidade da centralidade na família, silenciando como essa ideia foi construída, perpetuando sua naturalização e tornando-a a-histórica, como se a família sempre tivesse tido

¹⁰ Saraiva (2016) comenta que a ideia deriva de Miotto (2004), fruto de uma palestra proferida em 2003 no Ministério do Desenvolvimento Social. O PNAS/04 faz uso das ideias da autora sem referenciá-la, usando inclusive trechos idênticos.

a mesma função, a mesma importância e o mesmo lugar a ser ocupado nas políticas públicas e na sociedade ao longo da história.

A família como lugar de apoio, proteção, socialização, referência moral, afetiva e social, mediação entre o público e o privado, são as principais funções apresentadas pela PNAS/04 (BRASIL, 2005). Assim, tanto a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos – entre tantos outros marcos legais – indicam um consenso pouco questionado: “a família é a base”. Portanto, essa concepção lastreia a noção em diversos âmbitos até os dias atuais, sejam eles políticos, relacionais ou econômicos¹¹.

Nesses processos, a família firma-se como matriz da nossa sociedade e como um problema a ser discutido. Assim, essa naturalização parece produzir relações que tendem à obrigatoriedade de amar e proteger e, de forma ambivalente, requer respaldo jurídico e legal, judicializando a família e demandando mais leis, normas, vigilância e punição. A naturalização é controversa, já que, na medida em que há amor e proteção, há também culpa e faltas, tanto por parte de quem não ama e não protege como por parte de quem não é amado e não é protegido. Embora existam propostas políticas que têm buscado combater o modelo único de família – nuclear, burguesa, formada por um casal heterossexual devidamente casado e com filhos –, mudando a definição de família por vínculos e funções, está embutida a necessidade de afeto, solidariedade, subsistência, obrigações e funções esperadas.

Ora demonizada e acusada de todos os males, ora enaltecida como provedora do corpo e da alma, a noção de família se mostrou instável nas teorias sociais e humanas ao longo da história. Em determinados momentos históricos, como nos anos 1960, a família foi vista como antagônica à organização popular e aos movimentos sociais nas teorias e nas práticas sociais críticas. Foi também acusada de ser um espaço da reprodução de capital e de alienação, permitindo uma socialização menos rebelde, alocada em um espaço de irracionalidade e emoções, como mediadora da reprodução de desigualdade e autoritarismo. Tal posicionamento permitiu a cisão entre as esferas pública e privada, e a família perdeu gradativamente suas funções como cuidar e educar. No entanto, nunca chegou a desaparecer e continua sendo a mediação entre o indivíduo e a sociedade, mantendo seu enaltecimento

¹¹ Com relação à psicologia, vale ressaltar que a pesquisa tem conhecimento do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas/os que atuam nas diversas políticas públicas. Compreende seu papel técnico, como ético e político, alinhado com a garantia de direitos e a transformação de vidas e demarcar um espaço para as contribuições da Psicologia para o campo das políticas públicas, voltadas para transformação social.

enquanto instituição, desejada pelos jovens e em evidência nas políticas públicas (SAWAIA, 2005).

Com relação à psicologia, não faltam perspectivas para entender a família: como um espaço social que introduz os sujeitos na vida organizada da sociedade, transmissora dos modos de pensar, se relacionar, desejar, de entender a si e ao mundo, ou como instituição, produzindo e reproduzindo as relações sociais, acionando certos modos de subjetivação. Marcada por intensos paradoxos, a família é muitas vezes situada entre o melhor e o pior lugar para a criação de seus entes (MANDELBAUM; MANDELBAUM, 2002 *apud* SARAIVA, 2016).

Uma série de autores justifica a importância da família, colocando a experiência familiar como determinante no modo de ser do sujeito, marcando-o para toda a vida. Para o bom desenvolvimento das crianças, os especialistas Erik Erikson, Françoise Dolto, Paul H. Mussen, Donald Winnicott, John Bowlby e René Spitz estariam em consenso sobre a necessidade da família. Saraiva (2016) levanta um número considerável de publicações sobre a família na área de assistência social, discutindo a necessidade de políticas públicas voltadas para ela. A importância vinculada às suas funções são várias: socialização, apoio afetivo, manutenção da vida de todos.

A candidatura e o Governo na figura de Bolsonaro representam a onda conservadora que vem ganhando força, reivindicando a configuração burguesa, patriarcal, racista, autoritária e conservadora do país. Um aspecto essencial nesse projeto de governo é a defesa da família como instituição responsável pela ordem, estabilidade e moralidade da sociedade. Esse discurso reacende ainda mais o pensamento conservador, vinculado à defesa da manutenção e estabilidade da sociedade capitalista.

Há alguns elementos fundamentais do pensamento conservador: a) a sociedade tem natureza orgânica, não pode ser desmembrada e os indivíduos são parte de um determinado grupo social; a família é um grupo que deve ser preservado, pois é a base da sociedade, da moralidade e da estabilidade; b) a ordem, a religião, a tradição e a segurança são necessidades inalteráveis; c) o sagrado e moral é a solução para os problemas humanos; d) para a ordem, estabilidade e a segurança, são necessárias autoridades e hierarquias. A família, portanto, é um aliado de destaque na manutenção da ordem, da moralidade, do sagrado, da segurança... A partir da disseminação de “uma nova política sem viés ideológico”, os conservadores têm um discurso de “valorização da família”, resgatando tais elementos.

Na defesa da composição de grupos intermediários instruídos a mediar a relação indivíduo/sociedade, a família é um dos instrumentos de legitimação do status quo. Enaltecer

a “família tradicional brasileira” é uma forma de desqualificar a multiplicidade de relações sociais, em seus arranjos reais. Ainda no imaginário conservador, a família tem o intuito de promover a “harmonia”, sustentar laços de solidariedade e coagir os interesses sociais divergentes (NETTO, 2011). As determinações sociais, políticas e econômicas são desconsideradas, e o discurso conservador compromete-se com a manutenção da ordem vigente, ignorando as condições da construção do papel social das famílias. Dessa maneira, ofusca as diferenças de classes e contribui para uma visão generalista de sociedade dos iguais.

Os problemas e fracassos vivenciados pelas famílias são justificados em uma lógica individualista e culpabilizadora, responsabilizando seus membros, em especial, as mulheres¹². Às famílias se assume a garantia de proteção e bem-estar de seus membros, imaginariamente pautadas no amor e na confiança. A idealização da família como lugar de paz, harmonia e aconchego é um mito que acoberta diversas violências (SOUZA; LIMA, 2019). Perucchi, Brandão e Vieira (2014) indicam a família como uma instituição que perpetua, por meio de valores e crenças, relações carregadas de emoções. Configura-se como um espaço no qual as regularidades objetivas da vida cotidiana passam a ser incorporadas espontaneamente por seus membros. Portanto, atua como um eficiente dispositivo de reprodução, reiteração e repetição das formas de discriminação e violência observadas em contextos gerais da sociedade. No microcontexto das relações de parentesco e coabitação, as famílias reproduzem modelos hierárquicos e opressores como dispositivo de legitimação da violência.

Como discutido anteriormente, o “combate à corrupção” é uma das premissas dos discursos reacionários. Nessa perspectiva, a superação da corrupção estaria fora do sistema político e mais relacionada às ações das “pessoas de bem” do que a mecanismos institucionais. O discurso conservador segundo o qual as “pessoas de bem” são vítimas do crime e da corrupção do Estado tornou-se uma métrica para a diferenciação entre pessoas (ALMEIDA, 2019). A partir disso, abre-se a possibilidade de tanger paralelos com as famílias: de um lado, determinar quais membros são “de bem”; do outro lado, quais familiares estão imersos no discurso reacionário. Não se trata de simples diferenciação: quando a atuação política e do combate à corrupção é entendida como uma atitude individual, torna-se uma responsabilidade da “pessoa de bem” reagir à “ameaça comunista” e à corrupção. É nesse sentido que a família – como outros setores da sociedade – se mostra

¹² No Governo Bolsonaro, o Ministério dos Direitos Humanos passa a ser Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, evidenciado a posição circunscrita da mulher como elemento central da família.

como um campo de batalha constituída de parceiros e inimigos, comportando-se como uma arena de interação política.

Como já apontado, com o contexto neoliberal cada vez mais determinado, o Estado isenta-se dos deveres de prover o cuidado dos cidadãos, o que acarreta sobrecarga à família, escolhida como um espaço de proteção social e psicológica. Com isso, valoriza-se o privado e desconfia-se do público. Contudo, a família também pode aparecer como um núcleo de potencialidade.

Em vez de reduzi-la a um lugar de intimismo alienador, Sawaia (2005, p. 56) aponta o caráter emancipatório da família, considerando-a um espaço privilegiado de união pela “paixão em comum”, ou seja, apostando na afetividade para a transformação social: “As redes de sociabilidade e de solidariedade que a família é capaz de promover ganham nova importância política no contexto do Estado mínimo”. Isso não significa que trabalhar o afeto é exigir alegria ininterrupta: “a alegria e o sofrimento são bons quando corrigem o intelecto e não obscurecem a crítica social aos adestramentos, bem como às limitações impostas pela situação de exclusão” (p. 63).

Assim, trabalha-se em regimes de sensibilidade que consideram a dimensão íntima bem como o plano coletivo, retirando a família do ensimesmamento. Sawaia (2005, p. 59) defende, portanto, o trabalho socioeducativo e militante, adotando a família como lócus do protagonismo social: “em lugar da disciplinarização, a liberdade; em lugar do isolamento, a abertura ao coletivo”. A família então apresenta-se como paradoxal e contraditória, na medida em que defende a individualidade de seus membros e busca discipliná-los; medeia a reprodução social, mas a protege e deseja que seus filhos se libertem. É um espaço em que o poder e o afeto se misturam, e o amor incondicional pode-se confundir com o poder total sobre o outro. A família promove afeto, mas há também hostilidade e conflito; acolhe e, ao mesmo tempo, expulsa.

Para a compreensão do tema, neste capítulo, buscou-se afastar de tentativas insatisfatórias de explicar “o que é uma família”. Foi preferível pensar em como o conceito e o papel social da família se movimentam e tem se movimentado na estrutura social brasileira, em tensão com diversos interesses, evidenciando a conjuntura atual nos últimos anos, a fim de nos levar à reflexão dos desdobramentos da família em relação à crise política. Além disso, questionou-se o modelo familiar em direção a uma perspectiva não naturalizante, compreendendo a família em uma relação dialética com a política. Percorrido este caminho de compreensão, partiremos para a discussão sobre os aspectos metodológicos desta pesquisa.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como visto nos capítulos anteriores, crise política é um tema complexo, sensível, volátil e não se compõe de uma delimitação clara. Um dos desafios da pesquisa foi eleger um método que abarcasse esse assunto multifacetado e profundo. O recorte sobre as famílias auxilia na discussão, porém, vimos que família também se expressa como um tema complicado, com diversas questões a serem ponderadas. Portanto, reconhecendo que não haveria como captar e assimilar a temática integralmente, conduzimos uma investigação social mais ampla, que resultou na primeira etapa e escolha de método, qual seja, uma revisão bibliográfica ampla e sistemática a respeito do tema do estudo, apresentada no capítulo 2.

Além disso, avaliamos interessante dedicar-nos à investigação a partir de considerações de pessoas em contato com diversos contextos familiares em uma posição privilegiada e íntima. Nesse sentido, tendo como pressuposto teórico-metodológico a Psicologia Social crítica, de modo geral, decidimos pela realização de entrevistas semiestruturadas prolongadas como ferramenta e escolha metodológica, especificamente. Assim, pensamos em ouvir psicólogas capazes de compartilhar suas percepções sobre crise política e as famílias. Pelas suas experiências acumuladas em decorrência da atuação profissional, as entrevistadas são um ponto nodal de uma rede de atenção psicológica, aptas a expressar considerações relevantes sobre o tema a fim de contemplar a abrangência e complexidade das questões político-familiares.

A escolha das psicólogas entrevistadas partiu de algumas exigências. Como os objetivos deste trabalho passam por permitir leituras amplas, estabelecemos o critério de que a psicóloga tivesse atuação profissional junto a pessoas de diferentes classes sociais, raça/etnia e gênero, no intuito de garantir a diversidade compatível com a sociedade brasileira contemporânea.

Além da exigência do atendimento a um grupo diverso, era fundamental que fossem psicólogas com certa experiência profissional, tornando parte da exigência uma formação clínica mínima de 10 anos. Por ser um tema efervescente e com diversos desdobramentos, as entrevistadas foram convidadas a se expressar livremente sobre suas considerações sobre crise política e as famílias, pois compreendemos que a fala revela as elaborações das vivências de seus trabalhos nesse contexto (MINAYO, 1993).

As três entrevistadas que compõem a cena dos atendimentos à população, além de carreiras no mundo acadêmico de São Paulo, têm largas atuações em clínicas e serviços-escola em instituições de referência, como a Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo (PUC-SP), a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Sedes Sapientiae (Sedes). Foram localizadas pela indicação da orientadora desta pesquisa e também da rede acadêmica da pesquisadora.

Como a expectativa era que essas profissionais trouxessem conteúdos ricos, diversos e repletos de atravessamentos, decidimos por um número reduzido de entrevistadas para uma análise mais precisa do material empírico. Os convites para a participação da pesquisa foram enviados inicialmente por meio de um aplicativo de mensagens eletrônicas. Por conta da pandemia do novo coronavírus, uma entrevista ocorreu ao vivo e as outras duas foram realizadas de maneira remota com o recurso de videochamada. No mais, por ser uma pesquisa que envolve seres humanos, houve a submissão do projeto de pesquisa no Sistema CEP/Conep¹³ por meio da Plataforma Brasil.

Para uma investigação acerca das experiências, considerações e percepções a respeito das famílias e crise política, optamos pela pesquisa qualitativa. De início, o método escolhido foi a Análise de Conteúdo. Porém, ao ir para o campo, percebemos que os próprios diálogos ocorriam de forma reflexiva, o que nos fez questionar o uso de uma ferramenta tão complexa. As considerações das psicólogas manifestaram-se de maneira explícita, sem a necessidade de desvendar os conteúdos latentes. Assim, foi a própria experiência no campo que revelou como a análise poderia ser conduzida.

Após a realização e transcrição das entrevistas, percebemos que os encontros possibilitaram diálogos reflexivos. Nesse sentido, a experiência de campo ajudou a dar o tom da análise do material. Para a exposição dos resultados, em conjunto com cada entrevista, também foram apresentadas referências e reflexões, buscando um diálogo entre as fundamentações teóricas, as falas das entrevistadas e as considerações repercutidas nesses encontros.

Essa forma permite uma discussão reflexiva sobre os assuntos abordados, em uma análise em costura, discutindo e interpretando os dados em uma leitura psicossocial do material empírico na medida em que são expostos. Ao fim das análises das entrevistas, a pesquisa conta com capítulo sobre os principais aspectos e achados que pretendem dar contorno ao tema, elencando pontos significativos, como forma de sintetizar, amarrar e propor reflexões mais direcionadas. Antes da entrega da produção, as entrevistadas tiveram a oportunidade de ler suas respectivas contribuições e fazer os ajustes que julgaram necessários.

¹³ Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Entrevista com Malu

Diante das mudanças de trajeto da pesquisa e a dúvida de como dar contorno para o tema tão abrangente, a minha supervisora Prof. Dra. Cris Andrada me passou o contato da Maria Luísa (Malu). Essa indicação foi pensada por diversos fatores: Malu é uma professora aposentada da USP, com atuação longa e muito significativa no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) da Universidade de São Paulo (USP), além de ter uma trajetória acadêmica muito rica, capaz de trazer elementos sobre atenção psicológica. No mais, Cris adiantou que Malu é uma pessoa receptiva, aberta e com uma bagagem de vida relevante para a minha pesquisa e uma visão de mundo bastante interessante e expressiva. Cris adiantou o contato e disse que Malu tinha interesse em participar de uma conversa comigo para ajudar a refletir sobre o tema. Entrei em contato por WhatsApp e fiz o convite para a participação da pesquisa.

Maria Luísa Sandoval Schmidt graduou-se em Psicologia na USP em 1975, e nos anos seguintes já dedicava-se ao mestrado, concluído em 1984. Nos primeiros 10 anos de formada, deu aula em várias universidades particulares em várias disciplinas. Diz que foi uma época de aprendizado muito interessante, embora cansativo. Durante esse período, também teve atividade em consultório.

Em 1982, entrou como psicóloga no Serviço de Aconselhamento Psicológico, que faz clínica ampliada, e inaugurou a prática do plantão psicológico. Malu foi da equipe do SAP durante 36 anos de USP, sendo coordenadora do serviço por aproximadamente 25 anos. Durante todo esse período esteve ligada ao Departamento da Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento e Personalidade, como docente e na área de pesquisa do programa de pós-graduação em psicologia escolar e do desenvolvimento humano, portanto, também nas áreas de publicação e pesquisa do SAP.

Em 1984, prestou concurso para tornar-se docente. Assim, entre 1985 e 1986, passou a ser exclusivamente docente e pesquisadora da USP. Em 1990, a partir do doutorado, passou também a dedicar-se à metodologia de pesquisa qualitativa, especialmente do tipo participante e, ultimamente, tem tido bastante interesse em etnografia.

Nas pesquisas de campo, tem se debruçado especialmente sobre as políticas públicas de saúde, atenção básica e saúde mental, psicologia e memória institucional. Desde 1996, faz parte da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Pesquisa em Psicologia

(ANPEPP), no Grupo de Trabalho Práticas psicológicas em instituições: atenção, desconstrução e invenção. Continua com esse grupo participando e publicando livros bienalmente. Fez a livre-docência e passou no concurso para Professor Titular da USP em 2013. Em 2018, aposentou-se e continua participando de bancas, pesquisando, mas não tem dado aulas ou participado da vida institucional da USP, um lugar que entende como “sua casa” no sentido de trabalho.

Sobre sua história familiar, Malu conta que seu pai era dentista e a mãe professora primária, o que seria o ensino básico atualmente. Nasceu e viveu a vida toda em São Paulo e tem dois irmãos. Logo que se formou, foi levar a vida e morou em comunidade que, nos anos 70, foi uma experiência de viver em configurações diferentes da familiar. Em 1985/1986, encontrou Liana, sua companheira até hoje, com quem vive “30 e tantos anos” juntas. Casaram-se em 2018 com medo da perspectiva de um Governo Bolsonaro. Relembra que sempre foram contra essas convenções e acabaram se casando formalmente na esperança de ter alguma proteção jurídica nos direitos conquistados. Não tem filhos. Tem 4 sobrinhas e 3 sobrinhos. Comenta que sua família não era de esquerda; na verdade, era uma família “bem de direita”, tanto o pai como a mãe. Uma parte da família permanece assim.

Logo no início da nossa conversa, contei um pouco sobre o percurso da minha pesquisa e sobre a dificuldade em relação às atividades de campo, por não sabermos ao certo como abarcar o tema. Malu disse que, depois que conversou brevemente com Cris, o assunto ficou reverberando. Apesar de não estar atuando na clínica no período das eleições, havia refletido sobre algumas questões a respeito do tema que gostaria de compartilhar.

A minha visita a Malu não foi em uma expectativa de uma entrevista, mas de conversar com alguém que pudesse fazer bons apontamentos e recomendações, inclusive direcionamentos sobre a minha pesquisa, afinal, Malu é uma pessoa de expressão no mundo acadêmico. Assim, fui visitá-la para conhecê-la, em uma forma de bate-papo, e pedi licença para gravar. O que eu não estava esperando era a riqueza das suas considerações sobre o tema e as diversas facetas que Malu trouxe. A conversa teve momentos em que ela pôde compartilhar sua experiência profissional, aspectos da sua vida pessoal, direcionamentos para a minha pesquisa, dicas... Em um misto entre orientar a minha pesquisa e dividir seus pensamentos, a nossa conversa se deu em diversos desdobramentos.

4.1.1 Centralidade da família

Malu relata que, desde o momento em que teve conhecimento da minha pesquisa até o nosso encontro, o tema ficou “conversando” com ela. O primeiro assunto que chamou sua atenção foi a centralidade da família. Trouxe então questionamentos sobre como toda a lógica da sociedade se dá em torno da família, que se expressa desde as políticas públicas até teorias psicológicas, sendo este o núcleo econômico e afetivo fundamental. Compartilhou que parte da sua geração indagou sobre esse modelo e considerou outras possibilidades, como relações afetivas em nichos não familiares, amizades, relações amorosas, viver em comunidades, etc. Diz ela: “Na minha geração tinha muito isso, tudo que a gente queria era conseguir ganhar um dinheirinho e sair de casa”. Malu também questiona a família como recurso indispensável para atender às necessidades dos sujeitos – um imaginário de algo que ou você tem ou estará entregue à própria sorte. Essa lógica estende-se para a assistência social e as políticas públicas, que poderiam ser repensadas e replanejadas:

Eu já fui para muitas bancas sobre assistência social, discutindo a família e sempre tem esse enaltecimento da família, quero dizer, alguém que não tem família ou que perde a família é um pobre coitado que não tem perspectiva. Os lares para abrigar crianças que são órfãs são sempre horrorosos mas porque não se pensa em uma perspectiva de formas de viver e conviver afirmativas, legais e melhores às vezes do que família [...] As políticas públicas que também centralizam: fazem a criança e o adolescente voltar para a família, arrumar uma família. Nunca é criar uma situação em que você tem, sei lá, um lar, um exemplar para adolescentes autogestionados. Sei lá, tem tanta coisa para inventar mas que não se inventa.

Pensando sobre a centralização da família na assistência social, as afirmações da entrevistada estão em sintonia com Saraiva (2016), que também aponta a família como o centro da política de assistência social brasileira. Como previamente discutido nos capítulos anteriores, as políticas voltadas às famílias não são atuais, mas fazem parte de um processo histórico que as coloca como eixo central da sociedade. A partir da Constituição de 1988, a assistência social passou a assumir uma condição de política pública ao se integrar com o tripé da seguridade social brasileira (composto pela saúde e previdência social) e articular-se com políticas do campo social. Essas políticas, voltadas para a garantia de direitos e de condições dignas de vida, são sustentadas por atuações territoriais e ações na unidade sociofamiliar, sendo esta considerada o núcleo de apoio de todos os cidadãos.

Há também o paradoxo de que, ao tentar romper com um modelo de família, um outro se afirma. Abandonando o modelo hegemônico (nuclear, burguês, monogâmico) e abrindo espaço para outras composições (monoparentais ou homossexuais, por exemplo), a família

ainda é referência para atender a determinadas funções. Logo, muda-se a roupagem, mas as funções e as expectativas se mantêm, no nível do detalhe, a ponto de se naturalizar não mais a forma, mas determinadas funções e papéis dentro da família, de modo intensamente idealizado. O autor traz exemplos dessa idealização:

Vicente (2011), por exemplo, fala que ‘pais conflitados e instáveis produzem uma relação de ambivalência que pode prejudicar a criança’ (p.48); a gravidez – que seria do pai e da mãe – seria marcada por um ‘imaginário repleto de esperança’ (p.50); ser enxergada, escutada e acompanhada ‘com interesse e com expectativa positiva’ tornaria uma criança ‘feliz e segura’ (p.51); a rua afastaria ‘crianças e jovens de suas famílias e comunidade, oferecendo de modo sistemático o ingresso ao crime e à droga’ (p.55). (SARAIVA, 2016, p. 110)

Saraiva (2016) aponta como boa parte dos textos fala do espaço familiar como um lugar de aprendizagem e práticas de relações democráticas, encarando os conflitos como disfuncionais e irregulares na família. No mesmo sentido, Malu aborda esse lugar imaginário da família: intocável, harmônico, acolhedor, em que todos pensam igual... Contudo, a idealização da família pela sociedade e pelas políticas públicas cooperam com a ocultação dos conflitos relativos a preconceitos e intolerâncias. Quando dizemos que amigos são “a família que a gente escolhe”, está embutida a referência à família como algo infalível, apesar de sabermos que há famílias que são extremamente violentas, especialmente com mulheres e crianças. As famílias são capazes de ser muito cruéis e excludentes, na contramão do imaginário que as situam em um lugar de acolhimento.

Para Malu, a família aparece como um elemento conformista, reacionário, conservador – mas não necessariamente todas as famílias são assim. Não por acaso, um dos cenários mais recorrentes dos conflitos políticos na família é uma ala mais velha e conservadora em conflito com uma juventude que contesta. Nesse discurso conservador, aparece a defesa da família como meio de defender o status quo, a moralidade, a propriedade, a hegemonia masculina, a ordem e a disciplina a qualquer custo. Porém, o próprio discurso da defesa da família mostra-se contraditório. Malu assinala como as bancadas evangélicas fazem pressões para retroceder uma série de políticas públicas e de legislação de proteção a mulheres em situação de violência doméstica, fenômeno gritante no Brasil. Desse modo, o discurso que demonstra interesse em proteger os valores da família se isenta da responsabilidade dessas violências: “se não acontece comigo, não me diz respeito”.

4.1.2 Expectativa social

Malu salientou como muitas coisas que estavam mais ou menos na superfície emergiram com muita evidência durante as eleições de 2018, como a violência, o preconceito, o racismo, a falta de generosidade – e, mais expressivamente, a ignorância e o enaltecimento da brutalidade. Comentou que isso abala as pessoas e citou amigas analistas de esquerda que têm falado sobre o assunto e que são perfeitamente sensíveis ao sofrimento dos seus clientes que sofrem por esses motivos. Levantou que talvez se sintam mal com eventuais clientes que são reacionários e que não têm pretensão de questionamentos e mudanças, acham que está tudo bem. Lembrou-se especialmente de um momento em que analistas manifestaram posição política no Facebook:

Eu acho essa gente muito corajosa e muito legal, porque certamente eles perderam cliente [...]. Há um sofrimento desses terapeutas em ter que acolher as angústias de gente que as angústias não têm nada a ver com o sofrimento mais geral, da sociedade. Acho que em outros contextos, isso faz parte, mas talvez naquele contexto dessa radicalização da eleição do Bolsonaro, essas coisas têm ficado muito difíceis.

Isso marca como os profissionais na atenção psicológica, por vezes, são atravessados por questões semelhantes às de seus clientes ou, no sentido oposto, questões destoantes da sua visão de mundo. Nesse momento, comentei que, em uma das aulas na faculdade naquela semana, eu e meus colegas, estudantes de psicologia, compartilhamos a angústia sobre a seguinte contradição: a cada ano que passava, estávamos tecnicamente mais preparados para os atendimentos, mas cada vez mais explosivos, menos pacientes. A via do diálogo vinha se mostrando difícil na vida pessoal, e isso indicava insegurança dos alunos sobre a própria atuação. O assunto rendeu uma discussão do papel da psicóloga, partindo da noção da ausência da neutralidade, mas a necessidade de arranjar formas de acolher e atuar em diversos campos a partir de uma diferenciação – mesmo que ilusória – entre vida pessoal e atuação profissional.

Malu explicou que existe uma expectativa social de certos comportamentos. Entende que, devido a muita batalha, algumas coisas estavam melhorando, alcançando um certo grau de civilidade. De alguma forma, as regras sociais eram mais acatadas: uma pessoa pensa assim, mas ela não pode dizer/fazer. Ou seja, não pode fazer declarações racistas, agredir uma pessoa na rua, entre outros:

O politicamente correto, é, comporte-se, de uma maneira civilizada, cidadã, republicana, seja lá o que for. Acho que isso regia nas famílias, uma sociabilidade, você podia discordar e sei lá o que, mas tinha uma sociedade, um certo grau, que regia as relações familiares.

A leitura de Malu é de que as relações estão bem instáveis e frágeis, sofrendo com discursos que emergem do ódio. As autoridades – como o próprio presidente Bolsonaro – têm permissão de fazer declarações extremamente violentas, com o que sustentam e incentivam o comportamento de outras pessoas. Suas declarações indicam uma afirmação de si, uma identificação, um lugar de opinião que também aparece dentro das famílias, e talvez de forma ainda mais escancarada por conta da intimidade, já que há uma ideia de que, na família, “tudo pode”. Nesse sentido, Malu questiona: “A gente tolerava essas coisas ou era mais disfarçado?”.

A entrevistada também refletiu sobre como esse movimento de conflito familiar está consonante com o movimento político no Brasil nos últimos anos:

Os governos anteriores – PT, PSDB também em certa medida – Essas escolhas dos governos passados – PT, PSDB também nessa onda – desse intenso pacto de classes, de ‘vamos governar para todo mundo sem conflito’, são escolhas que adiaram o conflito. Porque, na verdade, o quanto desses conflitos familiares rebatem e podem ser conectados de alguma forma com os conflitos sociais?

Malu ponderou que, mesmo com as revoltas, levantes e lutas, é como se o Brasil estivesse imerso em uma espécie de incompetência histórica, com mediações muito tendenciosas, um estado de paz à custa de ceder para os privilégios sempre. Segundo Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019), diversas eleições disputadas foram protagonizadas pelo PT e pelo PSDB. Os autores esclarecem que a atual república brasileira é caracterizada por um presidencialismo de coalizão, isto é, acordos partidários e alianças entre forças políticas para alcançar determinados objetivos e a aprovação de determinadas agendas. O PSDB, por exemplo, apesar da ideologia social-democrata, implementou uma agenda neoliberal no país; já o PT, partido de ideologia socialista, ao tentar fugir da agenda neoliberal, implementou programas democrático-populares, sem superar o modelo capitalista, como esperava parte de seus apoiadores. Sobre esse tema, Malu comentou como diretrizes dos governos passados buscaram apaziguar conflitos em uma “conciliação de fachada”, dispondo dos interesses econômicos dos mais fortes e poderosos.

Uma leitura possível é a de que os elementos de conciliação política frágil refletem na família e, não à toa, diante da desestabilização política, nas famílias apareceram assuntos anteriormente negligenciados. Nessa relação, salta-nos a definição de família para Miotto

(1997, p. 118 *apud* SARAIVA, 2016, p 113.): “instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”. Relembrando os capítulos anteriores desta pesquisa, percebemos como o cenário político brasileiro atual interage dialeticamente com as famílias. Talvez em outros períodos de caráter mais “conciliatório”, as famílias estivessem mais de acordo, ajustadas e conformadas, até o limite do sustentável. Diante de um novo momento histórico, as arenas de interação política, entre as quais as famílias, estavam sujeitas à estrutura social e foram marcadas pela instabilidade política, bem como pelas expressivas práticas antidemocráticas, a polarização política e o autoritarismo. Porém, vale ressaltar que, embora os desentendimentos políticos tenham mostrado maior recorrência nos últimos anos, nem todos os setores da sociedade são afetados diretamente. Desse modo, nem todas as famílias vivenciam tais conflitos, seja porque há um alinhamento entre os membros, seja porque os membros não discutem política.

4.1.3 Universidade e a abertura de mundo

Malu comentou que, ao saber sobre o tema da pesquisa, algumas lembranças do seu trabalho na clínica da USP foram surgindo. Uma dessas memórias remete a 2017, quando uma população específica começou a comparecer com mais frequência ao plantão de atendimento: jovens – especialmente homens homossexuais – vindos de famílias evangélicas e que haviam ingressado na USP. A entrevistada relatou que eles traziam grande sofrimento porque não podiam assumir sua sexualidade diante de seus familiares extremamente preconceituosos e autoritários em relação a esse assunto.

Os trajetos desses alunos eram semelhantes: geralmente vinham de classes populares, criados em um circuito mais restrito entre a casa, a escola e a igreja. Isto, porém, não é uma característica hegemônica: evidentemente existem nuances entre a religiosidade e as igrejas evangélicas mais progressistas, mas os alunos que apareciam para o plantão eram de “famílias convencionais”. Essas famílias tinham a Igreja como a representação de um apoio, uma referência importante do ponto de vista das relações sociais, da convivência e, inclusive, da assistência à família, como a distribuição de cestas básicas. Assim, a Igreja representa também a segurança por oferecer um discurso muito categórico: que Deus irá ajudar seus fiéis, que eles vão progredir na vida e depois irão para o céu. Malu aponta que toda religião oferece um conforto diante da precariedade das nossas vidas, mas existem algumas que estimulam mais dúvidas e outras que tendem a oferecer a verdade, o estabelecido e a salvação.

A universidade e a ciência, por sua vez, fazem um movimento no qual tudo pode ser questionado e o conhecimento pode ser ampliado. Embora as questões sobre a sexualidade fossem um ponto de angústia por conta da exclusão familiar, muitas vezes esses jovens iam aos atendimentos por se sentirem muito mobilizados com a ampliação de mundo que a universidade promovia: revirados, mexidos e indagando-se sobre conteúdos muito íntimos. Há um arejamento cultural importante, tanto para aqueles que tiveram menos oportunidade de estudo como para os alunos de classe média/alta que têm a oportunidade de aumentar sua dimensão da realidade convivendo com alunos que trazem um outro universo cultural.

Essa circulação de pessoas, pensamentos, formas de viver diferentes configuram, para a entrevistada, a riqueza da universidade, o contato com os espaços diversos. É inegável que existem as lutas, as dificuldades e os impeditivos de tornar a universidade um ambiente tão múltiplo e vasto, daí a importância da democratização da universidade e das cotas, por exemplo. No entanto, em tese, a universidade promove o encontro entre as diversas partes da sociedade e dos diversos mundos. Esse arejamento acaba por entrar em choque com a moralidade rígida de algumas famílias, como coloca Malu:

A família é o mundo. Quando a família deixa de ser o mundo, isso traz muitos problemas, a gente observa, tanto para aqueles que estão saindo como para a família, que acaba tendo relações ambíguas, ambivalentes. É um orgulho o filho ter ido para a universidade mas ao mesmo tempo é um perigo. Tem orgulho, tem inveja, tem receio... Os sentimentos são complicados porque esse menino e essa menina trazem para casa esse universo que é muito estranho.

Esse arejamento dos universitários desestabiliza a centralidade da família porque esbarra em valores. Questiona-se o modo de viver, estremecem-se as relações, há choque com crenças familiares e perde-se parte – ou até totalmente – do controle sobre os filhos. Esses jovens passam por um processo em que suas convicções se esvaem, dando lugar a novas ideias e dúvidas, muitas vezes colidindo com a fé. Além disso, Malu observou que muitas pessoas, inclusive crianças, se politizam na universidade, na escola ou no momento em que se afastam da família.

Com isso, a entrevistada levantou a importância de as crianças terem contato com outros universos além do familiar. Não à toa, percebe-se no discurso reacionário a defesa da educação domiciliar como forma de “proteger a família”, um meio de garantir que a criança não tenha contato com o mundo fora do ambiente familiar/religioso, na expectativa de retardar o máximo possível o contato com outras formas de ser e viver. Malu comenta: “É quase garantir que a cabeça tá feita e que aí ele não vai ser influenciado por essas ‘má ideias’,

quero dizer, todo esse universo imaginário”. Uma leitura abordada por Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019) é que, na tentativa da classe média de conservar seus privilégios e seguir com uma ideia imaginária de alcançar a alta burguesia, ela adere a alguns discursos e rechaça outros. Nesse sentido, o discurso religioso e conservador entra como estratégia na posição de massa para a manutenção do status quo.

4.1.4 O papel da mídia em relação às brigas familiares

Durante a conversa, Malu fez um breve apontamento sobre a mídia e as brigas políticas, questionando o quanto é útil transferir para as mídias sociais, redes sociais e para a família os conflitos sociais. Ao veicular a polarização, o racha na família, o natal dividido e outras situações do convívio privado, se invisibilizam outras pautas de conflitos. Trata-se de uma maneira de acobertar os diversos movimentos sociais, omitindo como de fato as famílias são amplamente afetadas. No final das contas, “O que aparece é briga da família, que é conveniente”. De certa forma, culpa-se a família e os laços relacionais do âmbito privado, naturalizando a família como o antro do conflito e descartando discussões sobre as desigualdades estruturais: “A gente precisa mudar os termos desse conflito. A violência tem a ver com falta de reforma agrária, reforma urbana, tem a ver com a péssima distribuição de riquezas, coisas que precisam ser explicitadas, coisas que esse modelo neoliberal não resolve”.

Apesar de ser um comentário breve, o questionamento do papel da mídia em relação às brigas familiares foi marcante, já que foi uma oportunidade de refletir sobre a pesquisa. Depois da entrevista com Malu, ainda tive algumas semanas para revisar textos com novos olhos e buscar outras referências sobre esse tema, caminhando para leituras mais estruturalistas. Acho que aqui fica evidente a potência desse encontro e diálogo com a Malu.

Assim, é possível elencar aspectos importantes dessa conversa: questionamentos sobre a centralidade da família, as idealizações familiares, a intergeracionalidade, as famílias em conciliações inautênticas... A experiência da Malu na clínica da USP contribuiu para observar como a ampliação de mundo dos jovens pode ocasionar ou visibilizar abalos familiares, além de refletir sobre o discurso conservador nas famílias, a violação de expectativas sociais e, por fim, o papel na mídia na veiculação das “brigas políticas nas famílias”.

4.2 Entrevista Regina

Regina Sonia Gattas Fernandes do Nascimento, psicóloga, graduada em 1971 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem mestrado em Psicologia Social e doutorado em Psicologia Clínica. Atualmente é professora associada da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e ex-diretora da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic da PUC-SP. Sua trajetória tem ênfase em Psicologia Clínica, Métodos de Avaliação Psicológica, Orientação Vocacional, Atendimento Clínico, sendo a sua perspectiva teórica a psicanálise.

Filha de pai libanês e mãe filha de libaneses, Regina contou que vem de uma família trabalhadora e extensa, com quatro irmãos. Comenta que foram criados em uma casa com muita harmonia e alegria, que são unidos e estão juntos com frequência. Seus pais sempre incentivaram os estudos, davam muitas festas e a música é a marca da sua família. Foi casada por 40 anos, até ficar viúva. Regina tem duas filhas também muito unidas e bem-sucedidas, sendo uma advogada e outra publicitária. Com relação às suas filhas, Regina diz ter um enorme significado afetivo, incentivando-as e animando-as a seguir em frente. Ainda não tem netos. Compartilha que recentemente teve a oportunidade de ir à casa de seu pai, em uma aldeia no Líbano, e relata momentos de emoção ao encontrar a casa de seu avô.

O convite para que Regina cedesse uma entrevista para esta pesquisa ocorreu por conta do seu importante percurso na clínica da PUC, sua experiência clínica junto a diferentes populações e por nossa proximidade, já que fui sua aluna algumas vezes durante o curso.

De início, Regina comentou que a crise política não apareceu de forma expressiva nos seus atendimentos. Houve pessoas em dúvidas, angustiadas e com medo na época das eleições de 2018, mas que a angústia foi mais momentânea e trouxe reflexões para elaborar. Na clínica na PUC, diz não ter visto expressão nítida na “época do furacão”, como apelidou. No entanto, relata alguns efeitos que percebeu, mas que não sabe se deveria atribuir a uma “crise política” ou a uma crise mundial, de um momento histórico e valores que expandem para além do Brasil.

4.2.1 Efeitos nas perspectivas de futuro

No serviço de orientação vocacional, o que chamou a atenção de Regina foi uma diminuição no interesse pelos atendimentos. Houve momentos em que a fila para esse tipo de atendimento “dava volta no quarteirão”, e atualmente está esvaziado. Normalmente a demanda vem de pessoas de classe média; as classes mais baixas dificilmente procuram a

orientação vocacional em decorrência da necessidade de trabalhar no que está disponível para garantir a sobrevivência, sem serem estimulados para uma busca do desejo pessoal. Comenta também que as políticas educacionais pouco tem se dedicado a essa questão. Percebe que as famílias costumam não almejar a busca de um ideal e que vivendo a situação de desemprego é considerado bom ter um emprego, seja ele qual for.

No atendimento às classes média ou alta, Regina vê certo desencanto relacionado à falta de garantia de escolher algo interessante como profissão e ascender na carreira. Atribui a retração na busca pelo serviço, e a apatia pela escolha vocacional mais à situação econômica do que à política em si, lembrando que o cenário da orientação vocacional começou a mudar adjacente à recessão no Brasil, em meados de 2014 e 2015. A entrevistada percebe os efeitos desses atendimentos da seguinte maneira:

Acho que também vem de uma coisa de falta de ideais, falta de modelos, falta de perspectiva de vida, as pessoas não estão muito confiantes na vida e escolhem um caminho mais fácil para seguir. Ou escolhendo coisas que têm a ver com a família, pai e mãe, sem procurar muito esse caminho da escolha.

Em linhas gerais, Regina ressalta que as famílias estão com a expectativa de que os filhos deem conta do trabalho e que possam dar algum retorno, contribuindo financeiramente com a família. Menciona também os jovens que “largaram mão”, estão sem sonhos e perspectivas sobre a vida, muito ligados às satisfações de consumo imediatas. Sem ponderar sobre o futuro, não conseguem construir uma ponte para o depois, relatando desmotivação e ausência de vontade. Estes são casos que aparecem nos atendimentos da entrevistada, mas é preciso considerar também os casos que não aparecem na clínica.

O que Regina levanta se aproxima de uma das discussões dos capítulos anteriores sobre como a dinâmica política tem se relacionado com um momento de desorientação e imprevisibilidade. Entre a incapacidade de compreender o passado e o presente, somos colocadas em uma posição de questionamentos profundos sobre o futuro: uma grande incerteza paira no ar. Almeida (2019) observa que muitas figuras entre 2013 e 2018 ousaram traçar cenários mesmo que de curta duração: acadêmicos, políticos, burocratas estatais, jornalistas, militantes... Em 2020, ainda submersas na pandemia do novo coronavírus, percebemos esse movimento constante de tentar entender e traçar cenários futuros em plena instabilidade gritante. Como o autor pontua:

Tudo tem se passado como se estivéssemos em um mesmo processo social que se desdobrou em duas grandes coordenadas: na horizontal, o movimento de perda de

legitimidade do sistema político com a judicialização da política e a politização da justiça, e, na vertical, o descompasso entre esse sistema e a sociedade. Duas dimensões ortogonais do mesmo processo, cuja temporalidade é caracterizada pela percepção coletiva de insegurança, incertezas, imprevisibilidade, insubordinações, intensidade e inflexões políticas. (ALMEIDA, 2019, p. 192)

4.2.2 Os reflexos da instabilidade

Diante desse cenário, Regina questiona: “qual projeto você vai fazer de vida se sua vida é constituída de tantas incertezas?”. Ela reflete que, em outros momentos históricos, era mais comum os filhos seguirem o caminho dos pais e, se não seguissem, pelo menos havia alguma certeza daquela possibilidade: “podia ser o que ‘quisesse’ mas tinha essa certeza, um caminho que ia levar a algum lugar. Agora é um caminho de muita incerteza”. Para ela, os jovens têm tendido a escolher caminhos traçados pelos pais, identificando-se com eles. A entrevistada menciona também a grande quantidade de profissões ameaçadas pelos avanços tecnológicos e que logo devem deixar de existir. Embora o futuro prometa mudanças radicais nas profissões, as referências de trabalho para esses jovens ainda são coerentes com a família, em escolhas mais seguras e conhecidas. A família entra como esse espaço da estabilidade, do habitual, do protegido frente à instabilidade sobre o futuro.

Regina observa “pessoas muito perdidas, adolescentes muito perdidos, vejo falta de perspectivas”. Para ela, há um movimento de desvinculação com o futuro, pessoas apáticas sobre suas próprias escolhas, um grau de conformismo. Identifica que existe uma busca por caminhos que parecem mais certos, que prometem levar a algum destino – lugares com limite muito rígidos, como as igrejas, por exemplo.

Em contrapartida, há também as pessoas “desprendidas”. Regina identifica a falta de um eixo flexível: “ou você tem o eixo rígido dos valores ou você tem uma falta de eixo muito grande, possibilidades enormes”. Observa muitas pessoas incapazes de dar contorno a uma identidade, atribuindo isso a uma falta de estruturação psíquica que dê suporte à busca de si, deixando uma identidade muito fluída, sem limite. Por isso, aponta a importância da flexibilidade, que permita à pessoa explorar novas possibilidades, mas mantendo o pé na realidade, assumindo seus limites. Percebe que a polaridade das posições políticas também leva a uma ambivalência que dificulta aos jovens assumirem suas posições e traçarem os seus destinos.

Regina conta que recentemente publicou, em coautoria com a professora Ida Cardinalli, um artigo sobre o percurso histórico da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic. O artigo demonstra que, nos últimos anos, tem se percebido um aumento de pessoas em

procura de atendimento psicológico atravessando um momento crítico ou agudo e solicitando prontidão no atendimento. São bastante expressivas as crises de angústia ou ansiedade, relatos sobre ideias ou tentativas de suicídio, comportamentos de automutilação, em especial com adolescentes. Os pais estão aflitos e mobilizados com a situação:

Dessa forma, vemos que o mundo atual parece muito pesado na visão dos filósofos. A clínica tem também mostrado essa face de tempos de muito sofrimento. No entanto, não podemos considerar que todo mal-estar de nossa sociedade seja referido à sua constituição, principalmente agora, nos referindo à questão das automutilações (CARDINALLI; NASCIMENTO, 2020, p. 590).

O artigo cita Fortes e Kother (2017) que, a partir de análise de blogs, mostram o sentimento de solidão das pessoas que praticam a automutilação e a falta de interlocutor da sua dor. Sugerem que essa falta de interlocução seja decorrente de uma sociedade narcísica, solitária, “uma vez que cada um pensa mais em si mesmo e menos no outro e essa situação gera apenas o eco, mas não a interlocução” (CARDINALLI; NASCIMENTO, 2020, p. 590). Assim, aponta que os jovens têm enfrentado desalento, sentimento de solidão, impossibilidade de apelo ao outro. A partir disso, Regina entende que algo está desencadeando esses comportamentos – o isolamento e a falta de conseguir elaborar o sofrimento – e que eles estão relacionados com o momento atual da sociedade.

Em discussão sobre essa flexibilização e laços frágeis, deve-se lembrar que a intensificação da ideologia neoliberal tem colocado o indivíduo como ilusoriamente senhor do seu destino, para atingir seus próprios objetivos, contando apenas consigo mesmo, suas capacidades de autocontrole e autossuficiência, priorizando objetivos individuais e inconciliáveis com os objetivos comuns. Dentro dessa lógica, os indivíduos devem ser adaptáveis, estar abertos a mudanças, assumindo uma identidade polimorfa. A instabilidade é o imperativo e os projetos de vida são regidos pela incerteza, pela sorte. Imersos no lema do “cada um por si”, depositam a fé em si mesmos, abandonando os mais próximos se estes forem obstáculos para as suas realizações pessoais. Desse modo, as relações sociais adquirem um caráter superficial e frágil. Essa espécie de apatia relatada por Regina também pode estar relacionada com a responsabilização pelo fracasso, o insucesso, a perda, a derrota que tem sido atribuída à falta de capacidade de o indivíduo lidar com as adversidades, culpabilizando-o (CAMBAÚVA; SILVA JUNIOR, 2005).

Na conversa com a entrevistada, pontuei que, dado o momento que estamos vivendo, não há um futuro cenário “impossível”. Com tamanha instabilidade, como fazer planos de longo prazo? Não é à toa que as pessoas acabam buscando suas referências de segurança,

como a religião e a família. Como discutido previamente, uma das funções relacionadas à família é a de organizar, acolher, promover segurança... Elementos que acabam sendo buscados pelos indivíduos em um cenário de incertezas. Nesse sentido, Regina comenta a importância da estabilidade familiar. Para os casos que atende, percebe que geralmente os mais difíceis são os que não têm uma família bem estruturada, motivo pelo qual entende a estruturação da família como um eixo. Quando a entrevistada pondera que “pode ser que no futuro a família tenha outro tipo de estruturação, mas não inventaram ainda”, nos faz refletir sobre como a família aparece como importante elemento estrutural, seja da sociedade, seja do indivíduo.

Assim, a conversa com Regina traz contrapontos interessantes, questionando sobre como também em outras partes do mundo existe uma espécie de crise. Ela percebe que a questão econômica é determinante para agravamentos de questões psicossociais. Com relação à instabilidade econômica, vê jovens apáticos, sem sonhos e desvinculados de suas vontades, buscando satisfações mais imediatas. Nesse contexto, a família se configuraria como um lugar que preserva segurança e também cobranças diante do cenário atual e dos receios em relação ao futuro.

4.3 Entrevista Ana

Ana Lucia Gondim Bastos, psicóloga, formada pelo Instituto de Psicologia da USP, tem mestrado e doutorado na área de psicologia escolar e do desenvolvimento, concluídos também na USP. Em um primeiro momento, dedicou a carreira acadêmica como professora dos cursos de psicologia e pedagogia na Universidade São Marcos, entre 2003 e 2007; paralelamente, também desenvolveu uma atuação clínica. Em 2007, após 10 anos de formada, dedicou-se à formação em Psicanálise no Instituto Sedes Sapientiae (Sedes). Atualmente está na Coordenação Geral, como Primeira Secretária do mesmo departamento, além de dar aulas de Fundamentos da Psicanálise no curso de Especialização.

Em função da inserção no Sedes, começou a fazer parte do Escuta Sedes, projeto que teve início e motivação na época no período de campanha e das eleições de 2018 por conta do acirramento do conflito político que invadiu esferas da vida privada e profissional. O grupo começou a dar espaço para a palavra circular, para conversas que estavam muito impossibilitadas de acontecer em outros ambientes, evidenciando sofrimentos psíquicos, inclusive provenientes de rupturas familiares. O grupo continua ativo.

Sobre sua vida familiar, Ana compartilha que é de uma família interestadual, filha de mãe cearense e pai paraense. Os seus pais conheceram-se em Belém e mudaram-se para o Sudeste, onde se profissionalizaram. Ana nasceu no Rio de Janeiro, morou em São Paulo, Belo Horizonte e, na adolescência, em Belém. Sua família tem uma discussão política muito aberta: seus pais sempre estiveram ligados às pautas de esquerda, com nuances possíveis, mas com princípios humanitários e de preocupação com populações mais vulneráveis. Com 18 anos, Ana retornou a São Paulo com o propósito de fazer a faculdade e se enraizou na cidade. É casada com um paulista e tem duas filhas: uma de 18 anos, que acaba de ingressar em Direito na USP e se interessa pela área de Direitos Humanos; e outra de 21 anos, que está terminando o curso de Artes Visuais na Unesp e também Pedagogia das Singularidades.

O contato com Ana veio por indicação da Malu, a primeira entrevistada, que conhece o trabalho no Escuta Sedes e percebeu afinidades com o tema desta pesquisa. Convidei Ana por mensagem de texto no WhatsApp e ela prontamente mostrou interesse em participar. Devido à quarentena por conta do novo coronavírus, nosso primeiro contato mais significativo e também a entrevista ocorreram por videochamada. Apesar do desafio de dar contorno a temas tão complexos por meio de uma ferramenta limitante – perdemos parte do contato, das texturas e das sutilezas que o contato pessoal propicia – nosso encontro promoveu ricas reflexões sobre o tema, mesmo com o caráter mais informal da conversa.

4.3.1 Exposição na internet

Logo de início, Ana trouxe como central para a discussão sobre crise política e relações familiares o manejo dos recursos tecnológicos. Durante muito tempo, as pessoas não tiveram acesso à opinião na íntegra de seus familiares, colegas e outras pessoas do convívio. Nos encontros sociais, mesmo que soubessem por alto as opiniões alheias, havia um distanciamento de certos assuntos. Nas festas de família, por exemplo, não era comum chegar perguntando sobre a opinião das pessoas; um comentário preconceituoso ou outro permitia que uma pessoa se afastasse de certos membros. A entrevistada explica que, com o advento das redes sociais, as pessoas foram se sentindo muito autorizadas e protegidas ao expor sua opinião. Dessa forma, as pessoas são invadidas por opiniões políticas e expostas a conteúdos violentos com frequência, mesmo sem proximidade física ou afetiva com seus familiares.

Ana observa uma falta de experiência no manejo das redes sociais. Com um referencial de modelos de convivência não virtuais, as pessoas imaginam que suas publicações vão atingir somente as pessoas com quem estão conversando. Sequer percebem a

extensão de cada publicação ou questionam aonde a informação pode chegar e as consequências que aquilo pode ter. Dialogando com Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019, p. 223), “a internet é a nova esfera pública, congregando atores políticos dos mais variados matizes, onde a disputa pela captura afetiva produz narrativas complexas e distintas através da voz e da visibilidade propiciada pelas mídias digitais”.

Além da internet, Ana lembra que o smartphone alterou significativamente as relações humanas, logo afetou também as relações familiares. O smartphone permitiu um acesso mais democrático, mas ao mesmo tempo menos supervisionado às informações: sob o escudo da “liberdade de expressão”, cada um se sente muito livre para dizer o que pensa. Essa facilitação traz repercussões de outra ordem:

Todo dia você está indo pra rua levando todos seus ambientes, todas suas relações. Então você está comprando laranja no supermercado e recebendo uma urgência de um paciente ali, não preciso mais chegar no consultório e pegar o recado na secretária eletrônica, sei lá, pager. Tinha uma distância, hoje é muito imediato. Mesmo que você não queira, mesmo que você não vai atender naquele momento, salta coisa. Um tá recebendo coisas ali, outro tá recebendo um diagnóstico de saúde importante acolá, e está todo mundo comprando laranja. [...] Está todo mundo ali o tempo inteiro junto ao mesmo tempo, várias esferas do seu cotidiano, elas se misturam ali e estão presentes o tempo inteiro. Eu acho que teve um impacto para a vida familiar. A gente acaba vivendo tudo o tempo inteiro.

Como aborda Ana, essa ausência de fronteira entre as esferas da vida acaba por nos deixar em contato com a opinião, a intimidade e o discurso dos demais a qualquer instante. Sobre esse tema, Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019, p. 226) pontuam que “as mídias digitais se tornaram lugar comum da defesa de opiniões, ideologias, imagens político-partidárias e a própria intenção de voto como forma de pessoas se verem representadas em seus anseios e convicções, mesmo que reproduzam inverdades”.

Os autores fazem menção a Vigotski ao dizer que, se a formação de consciência é sempre mediada pela linguagem, pelo pensamento e pela afetividade, as *fake news* se configuram como um instrumento de mediação: uma forma de linguagem que afeta os indivíduos, produzindo medo, esperança e ódio (OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019). Embora existam debates sobre a importância da ampliação de acesso à internet e de possíveis formas de circulação de informação, é preciso ter em mente que o controle da opinião pública é pautado por interesses econômicos, políticos e religiosos. No Brasil, historicamente, a mídia opera propagando distorções da realidade, em uma interpretação dominante a serviço da manutenção da estrutura social brasileira (ROSA, 2019).

Além disso, a liberdade de se expressar livremente é paradoxal, já que hoje estamos sendo vigiados e controlados¹⁴. Ao mesmo tempo que a tecnologia tem permitido novas possibilidades e novos formatos para as relações familiares, há uma fiscalização e um controle importante: você consegue saber onde seus familiares estão, quem são seus amigos, o que pensam e quais conteúdos compartilham.

Como discutido previamente, a família brasileira vem de uma construção nos moldes burgueses pela criação de preceitos higiênicos e pela moralização. A vigilância entra como um aspecto importante na história, seja nas relações interpessoais, comunitárias, nas famílias ou mesmo nas políticas públicas. Saraiva (2016) comenta sobre mecanismos em determinadas profissões ligadas ao trabalho social, como assistentes sociais, psicólogos, orientadores, além da proliferação de agentes que possam aumentar as possibilidades de vigilância. Assim, a família também aparece como um mecanismo de condução de condutas; vigilante de si para si e com agentes externos. Vigia-se a família e a família vigia a si mesma: “Vigilância minuciosa. Dos filhos, da vizinhança, do dinheiro, da alimentação, da casa, dos hábitos, costumes, das maneiras de pensar, sentir, desejar, de ser, de existir” (SARAIVA, 2016, p. 35).

Ana aponta que, mesmo quando não existem relações de proximidade, somos atravessados pela vida dos outros, suas questões e opiniões. Para a entrevistada, uma das implicações positivas desse processo é que, conhecendo de antemão a opinião de terceiros, é possível nos proteger, facilitando a tomada de decisões acerca da convivência e se vale a pena buscar diálogo. Ana complementa que, além das rupturas, também houve a onda das *fake news*. Pensando sobre a dinâmica das gerações, ela percebe que os mais jovens têm mais atenção em relação às fontes dos conteúdos divulgados e que, nos grupos virtuais de família, diversas vezes cumprem a função de detectar as *fakes news* e orientar os familiares. Para gerações mais antigas, o estudo formal era cheio de “datas e verdades”; nas últimas décadas, os projetos pedagógicos em geral contam com uma educação mais reflexiva e crítica:

Você quer escrever, escreve e posta. Tem um aspecto muito importante da democratização da informação, sem ter que passar por saber tecnologias e a grande mídia mas vocês cresceram sabendo procurar fonte, eu cresci procurando na Barça. Se eu li na Barça, estava certo. Se você leu no Wikipédia, não está certo, você não sabe, você tem que ler e pesquisar, que lugar que fala...

¹⁴ Não entraremos na discussão sobre como as empresas se apropriam das informações dos consumidores, a vigilância digital e outros diálogos possíveis, pois, neste trabalho, nos interessa mais o controle entre os familiares.

Ana diz que uma geração não é necessariamente mais crítica e reflexiva que a outra, mas que existem diferenças intergeracionais importantes, atribuídas às mudanças na educação que caminhou em conjunto com a internet, mudando a relação com a verificação dos fatos.

4.3.2 *Existência ferida*

Ana relembra que, nos períodos que antecederam o segundo turno das eleições de 2014, disputadas por Dilma e Aécio, o discurso de ódio foi tomando corpo e ficou bastante forte e evidente, ganhando inclusive outro sentido nas eleições de 2018 pela radicalização da direita. Nesse período, Ana percebeu discursos preconceituosos em relação à cultura, às artes, às diversas sexualidades e até a práticas profissionais, como também discursos de ódio e de morte. Segundo Espinosa (2009, *apud* OLIVEIRA; SILVA JUNIOR; XAVIER, 2019), o medo e a esperança são afetos na base das relações políticas, inter-relacionados, existindo um a partir do outro.

São afetos tristes – no sentido de que diminuem a potência da vida – que podem impedir a capacidade de ação, já que, diante do medo, espera-se que outro aja, depositando sua esperança na resolução dos problemas sociais em algum “salvador”. Ao atribuir as ameaças do que virá e todas as mazelas do país a um partido e/ou candidato, os eleitores adversários passam a ser motivo do medo ou do empecilho de concretizar a esperança. Logo, qualquer impedimento contra a concretização dessa salvação é motivo de tristeza e ódio.

Ana aponta que, de repente, o discurso de ódio e suas reverberações passaram a ser ouvidos dentro do ambiente que inicialmente era entendido como de proteção: na família. No início da campanha eleitoral de 2018 e mais fortemente depois do segundo turno polarizado entre Bolsonaro e Haddad, Ana relata que muitas pessoas diziam se sentir feridas. Relembra que, no Facebook, foi disponibilizado um tema para colocar na foto de perfil (como se fosse um filtro ou um carimbo sobre as fotos) com os dizeres: “Se fere minha existência, serei resistência.” A frase foi amplamente usada nas redes sociais, nas camisetas e cartazes de protestos. A entrevistada lembra-se dessa frase porque ela sintetiza aquele momento, de pessoas com a existência ferida pelos seus núcleos familiares, que ilusoriamente seriam o porto seguro, um lugar de aceitação:

Mesmo que as pessoas imaginassem que têm umas atitudes, algumas escolhas profissionais, algumas características da sua existência que não pudessem ter ou não tivessem apoio irrestrito, ferir a existência não era uma coisa que as pessoas

imaginavam. [...] Pessoas muito próximos do convívio apoiando discursos de ódio contra gays, contra artista, professores universitários e, de repente, isso gerou um mal-estar muito grande, não só em grupos familiares, amigos, amigos de infância... Vimos muito grupos de dissolvendo nesse momento, muitas amizades sendo desfeitas.

Para Ana, na tentativa de resolver esse mal-estar, vindo de uma realidade virtual da rede social para a realidade dos espaços compartilhados, houve um movimento de bloquear e excluir pessoas *à la* Facebook: “você não entra mais na minha casa, você não vem mais na minha festa, eu te excluo da minha rede social”. Houve um desarranjo que suscitou questionamentos: o que realmente importa para manter as redes sociais, amplamente falando? Ou seja, qual a rede que me sustenta?

Ana aponta que “não foi um momento”, mas “vem sendo” um momento de crise. Questionamos nossos pilares de identificação, nossas redes de sustentação. É um período de adaptações e reconhecimento de portos seguros, averiguando onde nos sentimos protegidos. Nesse desalinhamento entre pessoas, outros agrupamentos começaram a se estabelecer em solidariedade, criando-se outros vínculos.

4.3.3 *Reparações de vínculos*

Ana percebe que, em um primeiro momento, o movimento foi da não convivência, a impossibilidade do diálogo entre os grupos que, grosso modo, eram divididos entre eleitores de Bolsonaro e eleitores de Haddad. Deve-se lembrar dos votos nulos e brancos que somaram 42,7 milhões de votos, representando aproximadamente um terço do total (GRANDIN; OLIVEIRA; ESTEVES, 2018). Depois dos movimentos de distanciamento mais expressivos, Ana percebeu que houve movimentos de reparação. Aos poucos, algumas pessoas puderam refletir e alguns diálogos foram sendo possíveis. Nem todo eleitor do Bolsonaro concorda ou se apropria de suas falas. Com a diminuição dos ânimos, está sendo repensado o que é realmente importante, quais são os princípios necessários para que esses vínculos se estabeleçam. Quem são esses familiares que estão preocupados, abertos à reflexão, que transparecem segurança e proteção?

Quando eu digo que as pessoas que estão mais protegidas, elas estão podendo avaliar mais com quem quer conviver, quais são os norteadores. A gente tá saindo de um momento de total desamparo para um momento de quem conseguiu a respiração e o pensamento, não abandonou e não perdeu o ar e a capacidade de reflexão, está tendo uma nova acomodação com maior respeito. No fim, ‘ninguém fala de política e religião para a família continuar unida’, às vezes dava muita margem para hipocrisia, para piadas veladas, preconceituosas do tio do pavê que a

gente tinha que aguentar, fingia que não ouvia e saía do ambiente. [...] No fim das contas, essas brincadeiras calavam a boca das pessoas, as humilhavam: mulheres, os negros, as crianças...

Ana percebe que novas possibilidades de encontros familiares passaram a existir: com as pessoas pensando e se colocando de outra forma, sem se calar ou romper. Ela lembra que rupturas existiram, mas já aconteciam antes:

Não é que antes dessa situação política e da internet as famílias eram harmônicas e que era uma delícia conviver, não é verdade isso. É uma idealização de um passado. [...] Os choques intergeracionais já existiam e tomara que continuem existindo porque se não a gente fica no dia da marmota, não muda nada, não revoluciona nada.

Ana relembra que, na nossa conversa, deu prioridade a assuntos referentes à internet e às novas formas de comunicação, a agilidade na comunicação, a enxurrada de informação, a exposição excessiva nas redes sociais, a possibilidade de entrar na vida virtual de todo mundo... O impacto disso tudo. Em boa parte das famílias, há essa heterogeneidade e isso até certa medida é bastante saudável, já que estão sendo reconhecidas as nuances, as articulações com outras características das pessoas, ações que vão sendo consideradas nessas relações mais afetivas, abrindo espaço para diálogos e trocas possíveis.

Por fim, Ana trouxe elementos relevantes para pensarmos sobre o tema. Refletimos sobre como as tecnologias passaram a permitir exposições e constantes interações políticas nas redes sociais, que foram invadidas por opiniões de familiares. Percebemos que essas opiniões violentas afetam muitas pessoas, sobressaindo até uma sensação de “existência ferida” e rupturas. Apesar disso, após as eleições de 2018, houve movimentos de reparação familiar e reconsiderações sobre a opinião de outrem.

5 PRINCIPAIS ASPECTOS E REFLEXÕES

Como vimos, quando pensamos sobre crise política no Brasil, é trivial considerá-la como algo unidimensional ou da própria dinâmica política, ignorando seus entrelaçamentos com a crise econômica e outras dimensões, como as jurídicas, societárias e culturais. Contudo, sob uma perspectiva sócio-histórica e materialista-dialética, não é possível começar uma reflexão sobre crise política sem assumir que os sujeitos estão imersos nesses cenários, sendo por eles constituídos e transformados, constituindo-os e transformando-os. A crise política, portanto, também está presente nas relações interpessoais, nos choques entre valores, no cotidiano, nas relações de trabalho, nos comportamentos e em tantos outros lugares.

A “atual” turbulência explicita algumas particularidades da sociedade brasileira, como o autoritarismo, a hierarquização, as desigualdades naturalizadas, as violências estruturais, as opressões, etc. O cenário do Brasil contemporâneo indica desorientação e imprevisibilidade sobre o futuro; práticas violentas de Estado, crescimento de pautas antidemocráticas e da extrema direita; uma orientação a modelos neoliberais e meritocratas... A sociedade brasileira está sujeita a perda de direitos, desmonte de aparelhos públicos, precarização do trabalho, entre outros acontecimentos críticos. Em meio a tamanha instabilidade política e econômica, também passam por um processo intenso de culpabilização sobre suas condições de vida, sustentada por uma perspectiva neoliberal crescente (ALMEIDA, 2019). Estes e outros fatores repercutem nas famílias.

As três entrevistadas trouxeram olhares distintos sobre relações entre crise política e família, sob a ótica da Psicologia Social. Embora não dialoguem diretamente, um paralelo percebido é uma noção compartilhada de que estamos vivendo um momento delicado, rúptil, frágil. O material empírico trouxe temas como questionamentos sobre o significado e a própria função da unidade familiar, a sensação de existência ferida ou de uma dificuldade de se projetar no futuro. Em mais de um momento há considerações sobre a instabilidade vivenciada, seja no âmbito familiar ou na esfera política/econômica, todas muito importantes do ponto de vista da dimensão subjetiva da condição de cidadania neste contexto.

O caminho que a pesquisa seguiu permitiu questionamentos como: “qual família?”, “o que é família?”, “quais os papéis da família?”... No entanto, voltamos a atenção para como a família vem sendo produzida em seu percurso histórico, afastando-nos de uma lógica naturalizante, estática e única. O que pudemos explorar nas fundamentações teóricas é como a família opera em diálogo com a sociedade. Além disso, as violências reconhecidas no âmbito social são reproduzidas nos espaços familiares, reiterando opressões – de raça,

gênero, classe e tantas outras –, operando modelos hierárquicos e tensionando as relações interpessoais.

Nas entrevistas, o caráter contraditório da família apareceu significativamente. Malu identifica que a família é vista de maneira essencial e referencial, não deixando espaço para outras formas de agrupamentos, mas que pode ser bastante violenta com seus membros. Regina aponta como a família cuida e cobra cuidados, especialmente em um cenário econômico desfavorável. Ana explica como o discurso de ódio e suas reverberações passaram a ser ouvidos em ambientes entendidos como protegidos e que as pessoas passaram a se sentir desrespeitadas pelos seus familiares. Os diálogos nas entrevistas nos levam a refletir sobre as contradições da família: lugar acolhedor e ameaçador; do cuidado e da cobrança; da liberdade e do controle. As entrevistas também trouxeram elementos que vão ao encontro de Sawaia (2005), como já discutido previamente: a família apresenta-se como paradoxal e contraditória, misturando o poder e o afeto, o amor incondicional com o poder total sobre o outro.

Chama a atenção nas entrevistas como a família aparece como um elemento central. Como discutido na fundamentação teórica, a família está sujeita a um processo histórico apoiado em moldes burgueses e marcos legais, aparecendo como uma matriz, protagonista na sociedade. Malu questiona essa centralidade, trazendo argumentos sobre a noção da obrigação de nos constituirmos desse modo. Regina recorda como a família aparece relacionada com segurança, estabilidade, vista como um lugar seguro para estar, indicando a tendência dos jovens de escolherem caminhos que se voltem ao âmbito familiar. Já Ana comenta que, apesar das brigas políticas nas famílias na época de campanha e das eleições de 2018, passaram a existir tentativas de reparação e buscas por diálogos familiares. É como se algo não se rompesse de fato, não mais do que as rupturas que já existiam. Para ela, em linhas gerais, as brigas políticas não romperam as famílias definitivamente.

As entrevistas também indicam como a família se apresenta como um espaço idealizado, absolutamente difícil de ser contestado. Em alguma medida, das pessoas que se afastam de suas famílias, muitas acabam retornando. A questão é que a família está enredada em um processo histórico que a constitui como uma base estrutural, inclusive dificultando as tentativas de distanciamento. Motivos puramente emocionais, evolutivos, naturais não são suficientes para respaldar a complexidade da “união familiar”. A tentativa dessa leitura não é negar a família nos seus aspectos emocionais e afetivos, mas questionar o processo de centralidade familiar e nos separar de um olhar naturalizante, que coloca a família como um

lugar primordial, espontâneo, a-histórico e apolítico. A família não é algo que apenas “acontece”.

Resgatando a discussão de Almeida (2019) nas fundamentações teóricas, as famílias apresentam-se como uma arena de interação política. As entrevistadas deram indicações disso em maior ou menor evidência. Malu e Ana reconhecem as disputas de maneira mais chamativa. Malu aponta como as relações familiares sofrem abalos quando algum de seus membros começa a questionar e/ou negar crenças compartilhadas da família, inclusive apontando para um sofrimento psíquico diante dessas discrepâncias ideológicas. Ana entende o embate político nas relações familiares a partir de elementos de dominação/subordinação, aniquilação e muita dor emocional. Essa observação está em consonância com a discussão prévia sobre as pautas individualistas do neoliberalismo: qualquer um que atrapalhe objetivos pessoais – mesmo que seja em direção a objetivos comuns – é tido como obstáculo a ser superado, destruído, dizimado. Já Regina não percebeu de forma clara esses embates nos seus atendimentos, mas indica que as eleições de 2018 configuraram um momento de muitas dúvidas, angústias e medos.

Diante de tantas narrativas de brigas e rompimentos por motivações políticas, uma inclinação é resgatar o bordão “política é que nem futebol e religião: não se discute”. Nesse ponto de vista, a política seria uma espécie de setor social, como qualquer outro, que se expressa só pela opinião, ocultando seu caráter fundamental, isto é, a disputa de projetos de sociedade diferentes. Quando pensamos como as famílias tiveram suas relações afetadas pelas discussões políticas, pode-se entender que o problema é a política, tratando a opinião como uma mera preferência. Partilhar desse pensamento é nos conduzir a “não discutir política”, desse modo, convém olhar com mais cuidado e examinar esses tensionamentos de forma mais aprofundada. Indo mais a fundo, nota-se a disputa de projetos de sociedade, antagônicos, que sempre esteve presente. No entanto, no período recente, explicita-se de forma aguda e com novas tonalidades (ROSA, 2019).

Assim, leituras sobre traumas e rupturas familiares devem ser reconsideradas: o mal-estar nas relações não deve ser visto apenas como decorrente de brigas, mas como a expressão de uma disputa muito mais antiga. Corriqueiramente, as disputas políticas na família são associadas a um desentendimento e lidas como um problema familiar. No percurso do trabalho, buscamos enfatizar os problemas estruturais, ampliando o olhar, dando menos espaço para abordar a questão como um problema “privado”. Nesse sentido, Malu problematiza o fato de a mídia veicular com tanta ênfase as discussões familiares relacionadas à política, assinalando como essa postura invisibiliza lutas e movimentos

sociais, além de descartar discussões sobre as desigualdades estruturais e os projetos vigentes. Nessas colocações, Malu me fez pensar o quanto a motivação inicial envolvida nesta produção acadêmica não entrou nessa jogada: pensar como um problema das famílias.

A internet também é um aspecto recorrente nas discussões prévias, por isso, é importante compreendê-la como uma esfera pública e um lugar de interação política. Uma reflexão interessante de Ana nessa direção é como as redes sociais e outros canais viabilizam o controle familiar e a vigilância. A exposição da internet e o advento do smartphone colocam os usuários em uma constante interação em diversas esferas, inclusive políticas, sendo atravessados por opiniões e notícias a qualquer momento do dia em qualquer lugar. A população que dispõe de fácil acesso à internet é frequentemente interpelada pelos conflitos políticos.

Como vimos, Rosa (2019) mostra como as *fake news* carregam componentes ideológicos constitutivos que dialogam com pensamentos e afetos que constituem a dimensão subjetiva. Tanto as *fake news* como as postagens autorais acompanham a polarização da disputa de projetos políticos, propagando também o ódio de classe, o racismo, o machismo, a homofobia e a naturalização da violência. Isto é: componentes que evidenciam a desigual realidade brasileira. Enquanto usuárias das redes sociais, somos invadidas por opiniões, notícias duvidosas, posts que manifestam intolerância e violência, muitas vezes reproduzindo opressões sociais. E as opiniões também saem dos planos virtuais e são expressas em outros contextos, possibilitando-nos perceber como essas manifestações foram tomando corpo e transparecendo em conversas, nas relações, etc.

Na entrevista, Malu indaga: “A gente tolerava essas coisas ou era mais disfarçado?”. Já Ana sugere que as pessoas foram se sentindo autorizadas a expor suas opiniões, muitas vezes sem entender a dimensão e o alcance delas. A internet promove um não distanciamento de assuntos, da intimidade de outro familiar, como se pudéssemos acessar lugares que antes eram mais escondidos socialmente. Ainda que seja possível interagir apenas com pessoas de posicionamento semelhante – considerando as nuances dos pensamentos políticos – percebemos que é também exaustivo dedicar-nos a entendê-los. Em um cenário tão inconstante e complexo, até mesmo os posicionamentos que demonstram afinidade são submetidos a um esforço para serem apreendidos, questionados, dialogados. Isso faz pensar que mesmo as famílias mais alinhadas politicamente podem estar empenhadas em compreender um cenário político, trocar ideias e debater entre si.

Nos últimos anos, temos acompanhado grupos questionando a eficácia das vacinas e reivindicando a Terra plana, entre outras teorias conspiratórias. Rezende *et al.* (2019)

apontam que os dois significados das teorias da conspiração se dão na forma de tentar compreender e explicar a realidade social, de forma leiga e especulativa. A partir daí, podemos pensar em como as *fake news*, por exemplo, têm contribuído para distanciar os sujeitos da realidade e instaurar dúvidas até sobre conhecimentos absolutamente consistentes.

Uma possível justificativa para esse movimento é que a exposição ao inconstante e ao imprevisível colabora com a crença em explicações alternativas da realidade, mesmo que sejam sem sentido. Devem existir diversas determinações para isso – problemas na educação, elitização do pensamento científico –, mas não há como descolar as teorias da conspiração e as *fake news* das disputas políticas, especialmente porque boa parte delas está associada a ir “contra o politicamente correto” e desempenha um papel de ferramenta de disputa política, influenciando a opinião pública. A inconsistência das informações também coloca-nos no terreno do imprevisível, do “tudo e nada é possível”, de uma imprevisibilidade que impacta os sujeitos significativamente, como discutido na entrevista com Regina.

As argumentações da família como um lugar contraditório, um campo de disputa e de reproduções sociais são indispensáveis para pensar a relação com a política. Contudo, essa compreensão também necessita de outros ângulos que denotam a família como um lugar de transformação. Ana traz o elemento da reparação e transformação das relações familiares, de possibilidades de novos encontros. Cita a presença de jovens ensinando sobre o manejo das redes sociais e sobre as *fake news*, por exemplo. Tanto um olhar idealizado sobre família, entendendo-a como lugar de práticas democráticas, como a atribuição da família como puramente alienante esvazia suas potencialidades.

Ao entender a família como complexa, com posturas controversas que dialogam com as reproduções sociais, torna-se possível debater e pensar estratégias de enfrentamento de opressões. O caráter emancipatório da família proposto por Sawaia (2005) precisa estar relacionado com um trabalho do plano coletivo, tirando a família de seu ensimesmamento. Claro que, em um contexto de atuações individualistas e diante de um cenário tão emergencial, é difícil encontrar saídas para pensar a família como um campo que promove crítica social e liberdade. No entanto, a autora ajuda-nos a reconhecer e apostar no protagonismo social da família como algo potente, um lugar de possível transformação social se utilizando da sensibilidade e da afetividade.

Como discutido anteriormente, o cenário atual tem tendido a uma ideologia conservadora, resgatando e intensificando o discurso da ordem, da religião, da moralidade, da estabilidade; no centro dos grupos sociais de controle, está a família como aliada da manutenção desses elementos. Malu aborda isso ao comentar sobre o esforço do discurso

conservador em manter a centralidade da família, impedindo a interação dos membros com outras ideias e lugares. Essa concentração da família é própria do discurso conservador, que busca perpetuar seus valores, sem espaço para questionamentos e outras formas de viver.

Essa ideologia esconde as formas de violências nas famílias, não assumindo uma postura crítica a esse modelo familiar a ser seguido que, além de invisibilizar outras possibilidades de configurações familiares, define as políticas públicas de enfrentamento às violências. Essas formas de enfrentamento às violências familiares apresentam um caráter individualista, responsabilizando as vítimas, sem compreender a dimensão dos problemas sociais que as famílias experimentam. Como discutido com Malu, a defesa da família na verdade se apresenta mais como: “se não acontece comigo, não me diz respeito”. Isso sem esquecer que, dentro de diversas famílias, há debate e resistência à ideologia, criando-se polos e desentendimentos.

Diante da imprevisibilidade do futuro, discursos que acalentam a falta de perspectiva vão abrindo espaço dentro e fora das famílias. O pensamento neoliberal ressoa nas diversas esferas da organização social, propagando que os sujeitos são senhores de próprio destino. As religiões também pregam quais são os caminhos certos a serem seguidos. Em ambos, a família entra como representante do lugar acolhedor e seguro, responsável por si mesma. Na entrevista, Regina relata que, em seus atendimentos, compreende uma tendência em dois polos: um eixo muito rígido, com uma religiosidade bastante marcada e escolhas entendidas como seguras; e um eixo com diversas possibilidades, sem conseguir estabelecer uma ponte com o futuro. Isso nos leva a refletir sobre como os discursos e as relações se apresentam em um cenário de imprevisibilidade política e econômica. Malu também mostra como há religiões que tendem a oferecer a verdade, o estabelecido e a salvação, e as igrejas muitas vezes são tidas como um ponto referencial para as famílias. Assim, elementos como incertezas, dúvidas, questionamentos vão sendo combatidos por discursos que garantem certezas e seguranças.

No mais, diante desses conflitos, um impulso de uma parte da psicologia é de tentar reparar esses problemas com uma dose de amor e outra de afeto, incorporando uma leitura naturalizante de família, que não questiona o que leva as pessoas a se organizarem dessa forma. Sem recusar a importância da afetividade, é preciso ter cautela para não perpetuar a idealização da família e acabar invisibilizando as violências e opressões familiares. É essencial questionar o ajustamento das famílias, a reconciliação entre membros, a quais violências a família também está submetida...

Inspirando-nos em Saraiva (2016), cabe à psicologia e a outras áreas do conhecimento o pensar em ações que não reforcem os papéis tradicionais da família que hegemonicamente promovem desigualdades, buscando ações que contribuam para a construção de relações intrafamiliares mais equânimes. O trabalho com as famílias deve respeitar os arranjos, valores, crenças e identidades familiares e individuais, reconhecendo a família “real” e não “ideal”, combatendo tanto a supervalorização da família como culpabilização por seus problemas internos.

Assim, não se trata de negar a família, mas entender como ela se compõe, o que a sustenta, e observar as diversas relações de poder envolvidas. Sobre os problemas nos relacionamentos intrafamiliares por motivos políticos, é preciso retirar o estigma de famílias frágeis ou problemáticas e analisar com lentes maiores as questões referentes à crise política. Como visto previamente em Rosa (2019), uma leitura crítica ajuda-nos a reconhecer a polarização como um indicativo de luta, reivindicação e possibilidade de emancipação. Olhando dessa forma, os embates familiares também podem ser compreendidos como uma forma de resistência.

Por fim, estas reflexões permitiram questionamentos sobre os modelos de família e os atravessamentos políticos presentes em defesa de valores emancipatórios. Ao problematizar a noção de família e de crise política, colocamo-nos a pensar sobre o assunto abandonando uma visão de perturbação momentânea e visualizando a questão como uma longa disputa de projetos políticos que reproduzem e propagam diferentes concepções de família.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo investigar as interfaces entre o contexto de crises políticas e famílias no Brasil contemporâneo por meio de uma leitura psicossocial, estruturalista e histórica, apresentando contribuições da psicologia sobre o tema. Em um primeiro momento, rememoramos eventos políticos marcantes dos últimos anos, como forma de montar e entender o cenário atual, trazendo aspectos como a polarização política, o crescimento da extrema direita e as recorrentes pautas antidemocráticas. Em um segundo momento, fizemos leituras sobre esse cenário, questionando a crise política como algo pontual e resgatando a constante disputa de projetos políticos no Brasil. Em um terceiro momento, aprofundamo-nos no estudo do conceito de família, trazendo elementos da conjuntura política para a discussão.

As três entrevistas com psicólogas compuseram a experiência de campo. Ao apresentar os resultados das entrevistas, trouxemos simultaneamente interlocuções com as fundamentações teóricas, costurando elementos, por meio de uma leitura psicossocial do material empírico. Por fim, como forma de dar contorno ao tema, elencamos os principais achados do processo de pesquisa, abrindo espaço para considerações e reflexões sobre o tema.

A pesquisa mostrou-se ambiciosa na medida em que as divergências políticas e morais têm sido experienciadas em larga escala, causando tensionamentos em diversos ambientes, inclusive os familiares. O cenário, como discutido, é absolutamente complexo. O trabalho teve a dificuldade em selecionar materiais, escolher quais elementos seriam mais importantes para montar as discussões. Isso também aparece em problemas com a temporalidade: no período de produção, a política brasileira se apresentava instável, com disputas bastante intensas. Vale lembrar que a pandemia estabeleceu novos limites às pesquisas: duas entrevistas precisaram acontecer de modo remoto, por videochamada, perdendo as nuances do diálogo e a riqueza de uma conversa ao vivo.

Vale relembrar que este trabalho não teve a pretensão de entender os temas em sua completude ou trazer respostas sobre como lidar com as famílias brasileiras na contemporaneidade permeadas pela crise política. Pela própria delimitação e dinâmica da pesquisa, era evidente que não seria possível dar conta integralmente desses assuntos.

Souza e Lima (2019) indicam que problematizar a noção de família é fundamental para a defesa de valores emancipatórios e para a construção de uma nova sociabilidade, permitindo potencialidades e diversidade. Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019) levantam

que, se o movimento é dialético, a emergência do conservadorismo também pode abrir espaço para enfrentamentos, sendo fundamental que a Psicologia Social se posicione em projetos de resistência e lutas. Ao questionar a relação família-política, esta pesquisa teve a intenção de se somar às demais produções acadêmicas, colocando-se em uma perspectiva não naturalizante de família, além de ampliar a compreensão das reproduções sociais nesses ambientes. Também teve o propósito de servir de auxílio para a atuação da psicologia em variados contextos, inclusive de resistência.

Nem de longe esta pesquisa se propõe a dar um ponto final ao assunto. O trabalho se propôs a uma leitura psicossocial do tema, mas caberiam ainda tantas outras visões. Há espaço para discutir esses assuntos incansavelmente e considerar os desdobramentos do tempo: como este período será entendido no futuro? Quais serão as repercussões deste cenário? Como estão as famílias neste momento? Como o ambiente familiar pode ser um lugar de resistência e emancipação? Onde está a psicologia perante as crises enfrentadas, inclusive a sanitária? São muitos caminhos que precisam ser explorados.

Vivemos um momento significativamente inconstante, elemento que pesou nesta produção. Com tantas reviravoltas na política, o processo de pesquisa foi atravessado pelo contínuo receio de o trabalho ser rapidamente ultrapassado. Cada parágrafo escrito dava a sensação de que precisaria ser reescrito. Por outro lado, durante o percurso de pesquisa, fui nutrindo novas compreensões, modificando drasticamente meu entendimento sobre família e crise política. Talvez seja esta a deliciosa ambiguidade desse processo: difícil, mas também muito transformador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2019.

AVELAR, Daniel. WhatsApp fake news during Brazil election ‘favoured Bolsonaro’. **The Guardian**, [s. l.], 30 out. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/oct/30/whatsapp-fake-news-brazil-election-favoured-jair-bolsonaro-analysis-suggests>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BASTIEN, Carlos. A noção de crise no senso comum e nas ciências sociais. **Vértice**, Coimbra (Portugal), II série, p. 11-19, 1989.

BRAMBILLA, Beatriz Borges. **Um nó escamoteado**: a dimensão subjetiva da desigualdade social e seus desdobramentos na política de assistência social. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Discussões acirradas durante eleições abalam amizades e relações familiares; saiba como lidar com a situação. **Rádio Câmara**, São Paulo, out. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/546022-discussoes-acirradas-durante-eleicoes-abalam-amizades-e-relacoes-familiares-saiba-como-lidar-com-a-situacao/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.

CAMBAÚVA, Lenita Gama; SILVA JUNIOR, Mauricio Cardoso da. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 526-535, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2019.

CARDINALLI, Ida Elizabeth; NASCIMENTO, Regina Sonia G. do. A Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic e seu percurso histórico (1959-2019). **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 28, p. 569-592, 14 jan. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2594-3871.2019v28i3p569-592>. Acesso em: 22 maio 2020.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/22032/16586>. Acesso em: 26 maio 2020.

CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). Por que gritamos Golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

CIOCCARI, Deisy; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, São Paulo, ano 9, v. 2, ed. 18, p. 201-214, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688>. Acesso em: 9 abr. 2019.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. O conceito de política posto à prova pela mundialização. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p. 7-20, jun. 1999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39260>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CONGRESSO EM FOCO. No Twitter, crise política supera o debate sobre coronavírus. **Congresso em Foco**, Brasília, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/no-twitter-crise-politica-supera-o-debate-sobre-coronavirus/>. Acesso em: 22 maio 2020.

DUNKER, Christian. Como superar o trauma dessas eleições, segundo o psicanalista Christian Dunker. [Entrevista cedida a] Danilo Venticinquê. **Vice**, [s. l.], 30 out. 2018. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/3km3vb/como-superar-o-trauma-dessas-eleicoes-segundo-o-psicanalista-christian-dunker. Acesso em: 31 maio 2019.

FORTES, Isabel; KOTHER, Mônica. Automutilação na adolescência: rasuras na experiência de alteridade. **Psicogente**, Barranquilla (Colômbia), v. 20, n. 38, p. 353-367, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://doi.org/10.17081/psico.20.38.2556>. Acesso em: 31 maio 2019.

G1. 10 fatos que marcaram as eleições de 2018. **G1**, [s. l.], 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/10-fatos-que-marcaram-as-eleicoes-de-2018.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

G1. 51% desistiram de comentário de política no WhatsApp para evitar brigas, diz Datafolha. **G1**, [s. l.], 24 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/24/51percent-desistiram-de-comentario-de-politica-no-whatsapp-para-evitar-brigas-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2020.

G1. Dilma é reeleita presidente e amplia para 16 anos ciclo do PT no poder. **G1**, Brasília, 26 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-e-reeleita-presidente-e-amplia-para-16-anos-ciclo-do-pt-no-poder.html>. Acesso em: 30 out. 2019.

GIRELLI, Luciana Silvestre. Discursos contra Lula e o PT: expressões do ódio no cenário político brasileiro no pré-impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Idealogando**, Recife, v. 2, n. 2, p. 27-47, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/view/237727/Girelli>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GRANDIN, Felipe; OLIVEIRA, Leandro; ESTEVES, Rodrigo. Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%. **G1**, [s. l.], 28 out.

2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-30.gh.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LEMOS, Nina. Conflitos das eleições fazem brasileiros desistirem de Natal com a família. **Universa UOL**, São Paulo, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://ninalemos.blogosfera.uol.com.br/2018/12/21/conflitos-das-eleicoes-fazem-brasileiros-desistirem-de-natal-com-a-familia/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 9 abr. 2019.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

MORI, Letícia. Eleições 2018: ‘Meu irmão ameaçou me proibir de ver minhas sobrinhas’: o pleito que dividiu famílias. **BBC News Brasil**, São Paulo, 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45987863>. Acesso em: 9 abr. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 395-420, ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000200395&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 jun. 2020.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011. 160p.

O ESTADO DE S. PAULO. Clima de eleições leva desavença entre amigos e famílias. **Veja**, São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/clima-de-eleicoes-leva-desavenca-entre-amigos-e-familias/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

OLIVEIRA, Cinara Brito de; SILVA JUNIOR, Elzio Alves da; XAVIER, Karla Rampim. Polarização política no Brasil: uma leitura desde a Psicologia Social. In: VICENTIN, Maria Cristina G. *et al.* (org.). **Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica**. 1. ed. São Paulo: Educ, 2019. p. 211-231.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 19, n. 1, p. 67-76, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2019.

REZENDE, Alessandro Teixeira *et al.* Teorias da conspiração: significados em contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 36, jan. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2019000101001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 maio 2020.

ROSA, Elisa Zaneratto. Ressonância: polarização política, desigualdade social e dimensão subjetiva da realidade. In: VICENTIN, Maria Cristina G. *et al.* (org.). **Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica**. 1. ed. São Paulo: Educ, 2019. p. 233-245.

RUIC, Gabriela. Ibope: Lula e Bolsonaro liderariam eleição presidencial em 2018. **Exame**, [s. l.], 29 out. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ibope-lula-e-bolsonaro-liderariam-eleicao-presidencial-em-2018/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SARAIVA, Luís Fernando de Oliveira. **A familiarização da assistência social**: promoção de direitos e gestão da vida no encontro entre vulnerabilidades, (des)proteção e periculosidade. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: doi:10.11606/T.47.2016.tde-16082016-102659. Acesso em: 14 jun. 2020.

SAWAIA, Bader B. **Família e afetividade**: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. São Paulo: PUC-SP, 2005.

SCHAEFER, Bruno Marques. Paulo Guedes e o (neo) liberalismo: apontamentos preliminares acerca da nova (velha) direita brasileira. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, São Borja, v. 4, p. 97-121, 2018.

SCORCE, Carol. A guerra nas famílias durante as eleições. **Carta Capital**, [s. l.], 27 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-nas-familias-durante-as-eleicoes/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

SILVA, Vitória Régia da. Eleições de 2018 têm pico de denúncias de discurso de ódio, apontam dados da SaferNet. **Gênero e Número**, [s. l.], 29 nov. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/denuncias-discurso-de-odio-eleicao/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

SOUZA FILHO, Rodrigo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão da política em Gramsci. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM ANTONIO GRAMSCI, 1.; JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI, 7., 2016. Fortaleza. [Anais]. Fortaleza: GGramsci, 2016. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/A-QUEST%C3%83O-DA-POL%C3%8DTICA-EM-GRAMSCI.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

SOUZA, Ilka de Lima; LIMA, Rita de Lourdes de. Família, conservadorismo e políticas sociais no Brasil: questões para reflexão. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 149-164, 2. sem. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/rep.2019.45219>. Acesso em: 21 maio 2020.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 2, p. 922-953, ago. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132018000200922&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 abr. 2019.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 679-690, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300679&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 abr. 2019.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Conforme Res. n. 466 de 12/12/2012 – MS/CNS/CONEP

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Repercussões Dos Conflitos Políticos Nas Famílias: Efeitos Na Atenção Psicológica No Brasil Contemporâneo” (Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação de Psicologia), desenvolvida sem financiamento sob responsabilidade da pesquisadora Monalisa Dutra Matias de Oliveira e supervisão da Profa. Dra. Cris Fernández Andrada (contatos de ambas abaixo). Após esclarecido (a) sobre os objetivos, métodos e procedimentos do estudo e demais informações a seguir e, no caso de aceitar fazer parte do estudo, pedimos que assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, não haverá qualquer prejuízo na sua relação comigo e com a instituição da qual faço parte. Será realizada uma entrevista com o objetivo de fornecer informações para compreensão de como os conflitos políticos no Brasil contemporâneo têm repercutido nas famílias e seus efeitos na atenção psicológica. O objetivo dessa entrevista é estritamente acadêmico. Destacamos que sua participação é voluntária e que a entrevista pode ser interrompida a qualquer momento. A não-autorização do uso do material também pode ser requisitada em qualquer tempo. Além disso, o sigilo está garantido e sua identidade não será revelada, a não ser que opte expressamente por identificar-se abaixo. Você poderá solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa nos contatos abaixo durante a entrevista ou a qualquer momento. O material poderá ser utilizado em futura publicação, sempre com finalidade acadêmica. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Frisamos ainda que o áudio da entrevista será gravado e transcrito a texto, para ser editado e analisado de acordo com os objetivos do estudo. Após este processo, comprometo-me entregar-lhe uma cópia do material para sua revisão. Os arquivos das entrevistas serão armazenados sob sigilo, em computador de meu uso pessoal, ao qual somente eu tenho acesso. Importante mencionar a possibilidade de - ainda que mínimos - desconfortos durante a entrevista em decorrência do sentimento de exposição. Mesmo que o tema não aborde a personalidade ou a intimidade das entrevistadas, pode haver atravessamentos com as histórias pessoais. Portanto, há risco no ponto de vista afetivo. No entanto, asseguramos tomar todos os cuidados possíveis para evitar, minimizar ou mesmo reparar estes desconfortos, antes, durante e após a realização da entrevista. possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa. Como benefícios, as entrevistas podem significar uma oportunidade para refletir mais detidamente sobre suas experiências de trabalho em relação com o contexto político, discutir sobre um tema recente e ainda pouco investigado e colaborar com a produção acadêmica. Além disso, dispor de um registro de sua entrevista, que pode ou não ser socializado (a seu critério, como indicado acima).

Pesquisadora Responsável: Monalisa Dutra Matias de Oliveira

Supervisora: Profa. Dra. Cris Fernández Andrada - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Rua Monte Alegre, 984, sala T-53 – São Paulo – SP – CEP 05014-901 – Tel: 3670-8152 – e-mail psicopuc@pucsp.br E-mails: andrada@usp.br / monalisa-o@hotmail.com
Telefones pessoais da Pesquisadora Responsável: (11) 97642-0612

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado(a), concordo em participar da pesquisa “Repercussões Dos Conflitos Políticos Nas Famílias: Efeitos Na Atenção Psicológica No Brasil Contemporâneo” como sujeito (entrevistado-depoente). Fui devidamente esclarecido(a) pela pesquisadora Monalisa Dutra Matias de Oliveira sobre a pesquisa, seus procedimentos, e os possíveis riscos e/ou benefícios envolvidos na minha participação.

- Gostaria de revelar minha identidade (nome próprio)
- Não gostaria de revelar minha identidade (utilizar nome fictício)

Local e data: _____

Assinatura: _____

ANEXO B



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REPERCUSSÕES DOS CONFLITOS POLÍTICOS NAS FAMÍLIAS: efeitos na atenção psicológica no Brasil contemporâneo

Pesquisador: Cris Fernández Andrada

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 23703219.9.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.792.671

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Psicologia, vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de MONALISA DUTRA MATIAS DE OLIVEIRA, sob a orientação da Profa. Dra. Cris Fernández Andrada.

A proposta informa resumidamente que "(...) O objetivo da presente pesquisa é investigar como os conflitos políticos do Brasil contemporâneo têm repercutido nas famílias e seus efeitos na atenção psicológica. O país tem sido constantemente atravessado por divergências políticas. Durante os meses que antecederam as eleições 2018, as discussões políticas tomaram proporções significativas. Junto à isso, diversos relatos de afastamentos, brigas, divórcios - entre outros acontecimentos na família. Considerando a família é um sistema ativo e aberto à outros sistemas, mantendo uma relação dialética com as relações sociais, é inevitável que instituição familiar também tenha sido afetada pela crise política. Há evidências jornalísticas que a família não foi apenas afetada, como tornou-se uma esfera central das desavenças. Para a investigação, esta pesquisa utilizará o método qualitativo possibilitando o acesso mais aprofundado sobre as repercussões dos conflitos políticos na família em variados contextos familiares. Optou-se por entrevistas semiestruturadas com psicólogas clínicas a fim de captar uma percepção mais

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 3.792.671

abrangente do fenômeno já que estas são um ponto nodal de uma rede de atenção psicológica. Por ser um tema efervescente e com diversos desdobramentos, as entrevistas serão convidadas a se expressar livremente sobre as repercussões dos conflitos políticos das famílias. Depois, as entrevistas serão submetidas à Análise de Conteúdo, que permite o acesso a diversos conteúdos - explícitos ou implícitos - além de ser um método amplamente utilizado na psicologia e especialmente em pesquisas com objetivos semelhantes. É um critério que as psicólogas tenham atuação profissional junto à pessoas de diferentes classes sociais, raça/etnia e gênero, a fim de garantir a diversidade compatível com a sociedade brasileira contemporânea. Além da exigência do atendimento à um grupo diverso, é fundamental que sejam psicólogas com certa experiência profissional tornado parte da exigência uma formação clínica com no mínimo de 10 anos. Por ser um tema robusto, optou-se por um número reduzido de entrevistas (4) para que a análise possa ser efetivada por profundidade. Serão localizadas psicólogas clínicas que através da indicação da orientadora da pesquisa e também da rede da pesquisadora. Os convites para a participação da pesquisa serão disparados por e-mail."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo primário da presente pesquisa é investigar como os conflitos políticos do Brasil contemporâneo têm repercutido nas famílias e seus efeitos na atenção psicológica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são de fato baixíssimos.

Os benefícios são de grande valor científico e acadêmico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O trabalho encontra-se em boa fase de desenvolvimento; é bem estruturado e bem escrito; prenuncia resultados bastante contributivos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A lista de documentos obrigatórios necessários a análise e revisão ética de seu projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre (CEP-PUC/SP) é a seguinte:

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 3.792.671

1. Folha de Rosto - OK;
2. TCLE - OK;
3. Ofício de Apresentação - OK;
4. Projeto de Pesquisa - OK;
5. Autorização para realização da Pesquisa - OK;
6. Parecer de mérito acadêmico - OK;

Esta lista está disponível no site: www.pucsp.br/cometica/documentos-obrigatorios

Observação: aconselhamos que antes de qualquer procedimento de submissão na Plataforma Brasil, seja consultado o referido sitio, onde há vídeos tutoriais indicando o correto processo de submissão do projeto de pesquisa de acordo com as orientações do CEP-PUC/SP.

Recomendações:

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 3.792.671

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há, portanto, recomendamos à aprovação da pesquisa ao Colegiado do CEP-PUC/SP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1448068.pdf	14/10/2019 11:52:29		Aceito
Outros	parecermonalisa.pdf	11/10/2019 19:35:05	MONALISA DUTRA MATIAS DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostomonalisa.pdf	11/10/2019 19:26:15	MONALISA DUTRA MATIAS DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetotccmonalisa.pdf	10/10/2019 11:02:22	MONALISA DUTRA MATIAS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMonalisa.pdf	09/10/2019 00:58:25	MONALISA DUTRA MATIAS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 31 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Antonio José Romera Valverde
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br